



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

QUARTA-FEIRA – 01 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO III – EDIÇÃO Nº 201

Edição eletrônica disponível no site [www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS PÚBLICA:

- **REPUBLICAÇÃO/ EDITAL DE LICITAÇÃO/ PREGÃO ELETRÔNICO (RP) Nº 060/2023:** AQUISIÇÃO, DE FORMA FUTURA E PARCELADA, DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS E CORRELATOS.

**IMPrensa OFICIAL  
UMA GESTÃO LEGAL  
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Aloísio Miguel Rebonato
- Praça Imaculada Conceição, Nº 1251 - Centro
- Tel: (77) 3473-1461

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 483-2023

# PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 060-2023-R (REPUBLICADO)

OBJETO: AQUISIÇÃO, DE FORMA FUTURA E PARCELADA, DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS E CORRELATOS VISANDO ATENDER DEMANDAS ADVINDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060-2023 REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Estado da Bahia, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, por determinação do Exmo. Sr.º Aloísio Miguel Rebonato, para conhecimento das empresas interessadas que realizará licitação, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo "**MENOR PREÇO**" por LOTE, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 10.024 de setembro de 2019, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. O Pregão será realizado em sessão pública *online* por meio de recursos de tecnologia da informação – *internet*, através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), (nr. 1025907) constante da página eletrônica do Banco do Brasil.

### RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Início de acolhimento das propostas: ..... dia 14 / 11 / 2023, às 08 h.  
Abertura das propostas: ..... dia 16 / 11 / 2023, às 08 h.  
Início da disputa: ..... dia 16 / 11 / 2023, às 09 h.

**Modo de Disputa:** Será adotada a disputa em modo o aberto, conforme os critérios definidos no art. 32 do Decreto n.º 10.024/2019.

**Consultas:** Observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por e-mail, informando o número da licitação, por meio do endereço: [pregoeiro.marco@gmail.com](mailto:pregoeiro.marco@gmail.com). Tel. nº (77) 9 8105-8098.

**Referência de tempo:** para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília - DF.

Cópia deste Edital e seus anexos estarão, a partir da data da publicação de seu resumo em Diário Oficial, à disposição para todos os interessados no site do Banco do Brasil ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)), bem como no Diário Oficial do Município por meio dos links:

[http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br/diariooficial\\_2022/index.php?pagina=editais](http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br/diariooficial_2022/index.php?pagina=editais)  
<https://macaubas.ba.gov.br/licitacoes/>

Outras informações sobre a licitação serão prestadas pelo Pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura de Municipal de Macaúbas, situada na Rua Dr. Vital Soares, nº 268, 1º Andar, Centro – Macaúbas – Bahia, CEP 46.500-000.

### 1. SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preço para **aquisição, de forma futura e parcelada, de materiais elétricos diversos e correlatos visando atender demandas advindas das secretarias do Município de Macaúbas**, conforme especificações e quantitativos indicados no **Processo Administrativo nº 481-2023** e nos anexos deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

### 2. SEÇÃO II – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

2.3. Estarão impedidos de participar da presente licitação:

2.3.1. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de Macaúbas, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída ou mantida, no prazo e nas condições do impedimento;

2.3.2. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.3. Os interessados que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

2.3.4. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.3.5. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2.3.6. Estrangeiros que não estejam autorizados a comercializar no País;

2.3.7. Servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, por si ou por interposta pessoa, direta ou indiretamente, como licitante neste processo licitatório;

2.3.8.

2.3.9. Empresa isoladamente responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

### 3. SEÇÃO III - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.

3.2. O credenciamento se dará por intermédio da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

3.3. O credenciamento será pessoal e intransferível para acesso ao sistema. O usuário credenciado será responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

3.4. O credenciamento implica em responsabilidade legal do usuário e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.9. **Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

#### 4. SEÇÃO IV - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

4.1. *Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital (item 7 e subitens), proposta inicial com a descrição do objeto ofertado e o preço (item 05 e subitens), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.*

4.1.1. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.3. Na data e horário determinados no preâmbulo deste Edital, as propostas serão abertas para disputa de lances. A sessão pública do pregão eletrônico será realizada conforme data e horário determinado igualmente no preâmbulo, momento em que ocorre a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.

4.3.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor através do sistema.

4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.6. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real pelo sistema, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

4.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

4.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica no campo "mensagens", próprio do site **licitacoes-e** ou outro meio eletrônico, divulgando data e hora da reabertura da sessão;

4.7.2. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas através do sistema, ou de sua desconexão.**

## 5. SEÇÃO V - DA PROPOSTA INICIAL

5.1. A proposta de preços inicial deverá ser informada e anexada em campo específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (licitações-e), com observância as disposições do Termo de Referência, conforme modelo do Anexo III, sob pena de desclassificação.

5.1.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante antes da disputa de lances, importará na sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.1.2. A proposta inicial deve ser formulada contendo as informações e dados da empresa, devidamente assinada por seu representante legal, conforme especificações do Anexo III, contendo as seguintes informações e elementos:

5.1.2.1. Planilha contendo: marcas, preços unitários e totais expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, já inclusos todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao objeto licitado:

5.1.2.1.1. Caso a proposta apresente mais de dois algarismos (centavos) serão considerados, tão somente, os dois primeiros;

5.1.2.1.2. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão esses últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

5.1.2.2. Inclusão de todas as despesas que influam no valor final, tais como: despesas com custo, fretes, seguros, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais (ICMS e outros), e para-fiscais, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

5.1.2.3. Indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

5.1.2.4. Qualificação completa do representante da empresa que assinará o futuro contrato.

## 5.2. Juntamente com a proposta inicial deverá ser anexada:

### 5.2.1. Declarações :

5.2.1.1. Declaração do licitante de que está desimpedida de licitar e/ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas, juntamente com as certidões negativa de improbidade administrativa da empresa e de seus sócios, emitida no site do CNJ, certidão negativa de licitantes inidôneo da empresa e de seus sócios emitida no site do TCU, e Certidão negativa correccional da empresa e de seus sócios (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), conforme previsto no item 7.11.

5.2.1.2. Declaração formal de que a empresa se encontra habilitada para participar do certame.

5.2.1.3. Declaração de aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante.

5.2.1.4. Declaração que concorda integralmente e sem qualquer restrição com as condições desta Licitação, expressas neste PREGÃO ELETRÔNICO, bem assim com as condições de contratação estabelecidas na minuta do Contrato anexa ao Edital.

5.2.1.5. Declaração que manterá válida a Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.

5.2.1.6. Declaração de pleno conhecimento dos locais e das condições da realização do objeto deste Edital e seus anexos.

5.2.1.7. Declaração que na realização do objeto licitado (serviços/compras/fornecimento) observara rigorosamente as Normas Técnicas brasileiras, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Macaúbas, assumindo, desde já, a integral e exclusiva responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.

5.2.1.8. Declaração que nos preços propostos estão incluídos todos os encargos, previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.

5.2.1.9. Declaração que a Prefeitura não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais.

5.2.1.10. Declaração que tomou conhecimento que o presente processo licitatório é regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 10.024 de setembro de 2019, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 0067/2018, de 21 de agosto de 2018, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

**5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.**

5.4. Poderão ser admitidos, pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração, e que sua correção não acarrete majoração no preço ofertado.

5.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

5.6. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.7. Visando possibilitar a conferência dos produtos ofertados com relação a descritivo dos itens, obrigatoriamente deverá a licitante apresentar juntamente com a proposta inicial e documentos de habilitação, os catálogos/folder/material descritivo de todos os itens ofertados.

## 6. SEÇÃO VI - FORMULAÇÃO DE LANCES / JULGAMENTO

6.1. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **ABERTO**, conforme os critérios definidos no art. 32 do Decreto n.º 10.024/2019.

6.2. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente através do sistema eletrônico, sendo que os demais licitantes serão imediatamente informados do recebimento da proposta e do seu respectivo valor.

6.3. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.3.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, para cada lote (QUANDO APLICÁVEL), observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3.2. O intervalo (R\$) de diferença entre os lances deverá ser obedecido de acordo com planilha abaixo, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

LOTE	O intervalo (R\$) de diferença entre os lances
6, 9, 10 e 11.	R\$ 10,00
1,2,3,4,5,7,8,12 e 13	R\$ 100,00

6.3.3. Não se aplica os intervalos disposto no item 6.3.2. para o caso de lance de desempate técnico previsto no art. 44 da Lei Federal nº 123/2006.

6.3.4. Uma vez ofertado um lance, não é permitida a desistência. É imprescindível asseverar que a obrigatoriedade do licitante a manter o seu preço e as condições do proposta/lance é de suma importância para manter a seriedade da disputa.

6.3.5. Os lotes 6, 9, 10 e 11, são de PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA de M.E. e E.P.P. em atendimento ao benefício previsto na LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

6.4. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.6. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.7. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.9. A etapa de lances não permite registro de valores iguais, contudo no momento do registro da proposta inicial, esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o item e se verifique a existência de propostas com valores iguais, o desempate será processado pelo próprio sistema.

6.10. No momento seguinte, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstas na LC 123/2006.

6.11. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.13. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6.13.1. Para fins de aceitação pelo Pregoeiro, **a proposta final não poderá ultrapassar o valor estimado pela Prefeitura de Macaúbas, inclusive no que tange aos valores unitários dos itens, e os serviços/produtos/materiais ofertados deverão atender todas as condições do Edital e seus Anexos.**



**6.14.** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**6.15. Da proposta vencedora / proposta final / proposta reformulada**

**6.15.1.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública ou negociação com o pregoeiro, a licitante detentora da melhor oferta deverá formular, de imediato, a respectiva Proposta de Preços (Conforme Anexo III), contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, recomposta em função do valor vencedor e negociações (se for o caso), devendo ser anexada ao sistema no prazo máximo de 02h (duas horas), sob pena de decair do direito do licitante de ser declarado vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**6.15.1.1.** A proposta deve ser reformulada em papel timbrado, contendo as informações e dados da empresa, devidamente assinada por seu representante legal, conforme especificações do Anexo III, e com observância as seguintes disposições:

**6.15.1.1.1.** A proposta final deverá respeitar os limites de preços máximos estabelecidos para cada item contido nas planilhas do Anexo III, sob pena de desclassificação;

**6.15.1.1.2.** Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos/serviços/materiais que não correspondam às especificações contidas na planilha do ANEXO III deste Edital serão desconsideradas, com exceção daqueles que apresentarem qualidade superior, e atenda a finalidade a que se destinam, mediante aprovação por setor técnico do Município.

**6.15.2.** Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

*Marcas dos produtos oferecido (apenas uma marca para cada item), preços unitários e totais / ou percentual de desconto ofertado (se for o caso), expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, já inclusos todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao objeto licitado. Os produtos ofertados devem possuir registro no Inmetro, em caso de dispensa para o item será obrigatória a comprovação pelo licitante de tal fato, sob pena de não aceitabilidade da proposta ofertada.*

**6.15.2.1.1.** Caso a proposta apresente mais de dois algarismos (centavos) serão considerados, tão somente, os dois primeiros;

**6.15.2.1.2.** No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão esses últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

**6.15.2.2.** Inclusão de todas as despesas que influam no valor final, tais como: despesas com custo, fretes, seguros, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais (ICMS e outros), e para-fiscais, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

**6.15.2.3.** Indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**6.15.2.4.** Qualificação completa do representante da empresa que assinará o futuro contrato.

**6.15.3.** Poderão ser admitidos, pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração, e que sua correção não acarrete majoração no preço ofertado.

**6.15.4.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**6.15.5.** Caso a proposta da empresa arrematante seja desclassificada, será convocado o próximo licitante na ordem de classificação, sendo este notificado através de mensagem no sistema, para que encaminhe proposta

de preço adequada ao último lance ou negociação, conforme Anexo III, por meio exclusivo do sistema de licitações-e, sob pena de desclassificação. Serão concedidos os mesmos prazos do item 6.15.1. para envio da proposta reformulada. Se o licitante não se manifestar dentro do prazo fixado, entender-se-á seu não interesse.

## 6.16. Serão rejeitadas as propostas que:

6.16.1. Sejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado.

6.16.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro, conforme artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

## 7. SEÇÃO VII - DA HABILITAÇÃO

7.1. Recomenda-se que os documentos relativos à habilitação devam ser apresentados de forma legível, numerados em ordem sequencial, conforme as seguintes disposições:

7.1.1.1. A Licitante deverá apresentar declaração que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.1.1.2. A Empresa proponente deverá apresentar declaração se obrigando a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

### 7.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.2.2. Prova de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social (INSS);

7.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual sede do licitante;

7.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante;

7.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.2.7. Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, e compatível com o objeto contratual.

7.3. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes do certame deverão declarar sua condição conforme informações no presente Edital.

7.3.1. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

7.3.2. O prazo assegurado no subitem 7.3.1. terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

7.3.2.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.3.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no artigo 81, da Lei

Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

#### **7.4. Habilitação Jurídica**

**7.4.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis. Em se tratando de sociedade comercial, deverá ser apresentado também a certidão simplificada da Junta Comercial e Q.S.A., conforme previsto no item 7.11. do edital.

**7.4.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

**7.4.3.** Documentos de identificação dos sócios ou da diretoria em exercício.

#### **7.5. Qualificação Técnica:**

**7.5.1.** Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante executado satisfatoriamente, e compatíveis com o objeto desta licitação.

**7.5.1.1.** Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto e o período da contratação;

**7.5.1.2.** Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

**7.5.2.** Alvará de Localização e Funcionamento vigente.

#### **7.6. Qualificação Econômico Financeira:**

**7.6.1.** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão.

**7.6.1.1.** No caso de sociedade civil não registrada na Junta Comercial, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Execução Patrimonial da sede ou domicílio da Licitante.

**7.6.2.** BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (documentos essenciais - termo de abertura, termo de encerramento, balanço patrimonial, demonstrativo de resultado do exercício, e notas explicativas), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ACÓRDÃO 1999/2014 – PLENÁRIO.

**7.6.2.1.** A comprovação de que trata o inciso acima, poderá ser feita através de cópias de referências do livro diário (número do livro, termo de abertura e encerramento), inclusive cópias autenticadas das folhas onde constem o balanço patrimonial e demonstrativos contábeis extraídas deste Livro, com evidência e registro na Junta Comercial ou publicação na imprensa, de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, devidamente assinados pelo seu titular ou representante legal e pelo contador;

**7.6.2.2.** Se necessária a atualização do Balanço e do capital social, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

**7.6.2.3.** As empresas com menos de um ano de exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, e devidamente registrado na Junta Comercial;

**7.6.2.4.** A boa situação financeira de que trata o item acima, será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral – ILG e Índice de Liquidez Corrente – ILC, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

$$\text{IET} = \frac{\text{ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL} = \frac{\text{Exigível total}}{\text{Ativo total}} \leq 1,0$$

**7.6.2.5.** As fórmulas em apreço deverão ser apresentadas em memorial de cálculos, devidamente assinadas pelo representante da empresa e pelo contador.

**7.6.3.** A empresa deverá comprovar que possui capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido de valor correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, mediante apresentação da Certidão Simplificada do Estado ou Contrato Social e suas alterações se houver, tudo a se coadunar com o preconizado no art. 31, §2º e § 3º, da Lei 8.666/93 e o art. 37, XXI, da Constituição Federal.

**7.6.4.** NÃO será exigido o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do Microempreendedor Individual, com fundamento no art. 68 da Lei Complementar nº 123 de 2006 que considera aquele pequeno empresário, em conjunto com o disposto no § 2º do art. 1.179 do Código Civil que dispensa a elaboração dos citados documentos.

## 7.7. Cumprimento do Dispositivo Constitucional

**7.7.1.** Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da constituição Federal de 1998, conforme ANEXO II do edital..

**7.8.** Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

**7.9.** Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital e transcorrida a fase de análise da documentação, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

**7.9.1.** Caso a empresa arrematante não comprove sua habilitação, será convocado o próximo licitante na ordem de classificação, sendo este notificado através de mensagem no sistema, para que encaminhe proposta de preço adequada ao último lance ou negociação, conforme Anexo III, por meio exclusivo do sistema de licitações-e, sob pena de desclassificação. Serão concedidos os mesmos prazos do item 6.15.1. para entrega da proposta reformulada. Se o licitante não se manifestar dentro do prazo fixado, entender-se-á seu não interesse em fornecer.

**7.10.** Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

7.11. As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias da data de emissão.

7.12. Os documentos apresentados para habilitação são definitivos, não sendo admissível substituição ou posterior inclusão de documentos, com exceção do disposto no subitem 7.3.1.

7.13. O licitante vencedor que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos ou apresentar documento com prazo expirado, será julgado inabilitado.

7.14. Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

## 8. SEÇÃO VIII - DO ENVIO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS

8.1. Após o comunicado do Pregoeiro, o licitante deverá encaminhar os ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, VIA SEDEX ou outro meio que lhe for conveniente, no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de decair do direito do licitante de ser contratado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.1.1. Os Documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.1.2. Também deverá ser enviada o original da proposta impressa assinada, com o último lance ofertado no certame, conforme disposições do item 6.15., respeitados os limites de preços máximos estabelecidos para cada item contido nas planilhas do Anexo III.

8.1.3. No prazo máximo de 02 (dois) dia úteis o licitante deverá comprovar a postagem dos documentos com o ENCAMINHAMENTO DO CÓDIGO RASTREADOR OU OUTRO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO da sua postagem, para o e-mail: [pregoeiro.marco@gmail.com](mailto:pregoeiro.marco@gmail.com).

8.1.4. Os documentos deverão ser encaminhados aos cuidados do PREGOEIRO para o seguinte endereço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
Rua Dr.º Vital Soares, nº 268, 1º Andar, Centro – Macaúbas – Bahia, CEP 46.500-000.  
Em atenção do Sr. Marco Antônio Lima de Medeiros.

## 9. SEÇÃO IX - DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

9.1. O valor máximo fixado para a presente licitação tem caráter SIGILOSO, e será divulgado pelo Pregoeiro, ao final da etapa de lances.

9.1.1. Para fins de aceitação pelo Pregoeiro, a proposta final não poderá ultrapassar o valor estimado pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, inclusive no que tange aos valores unitários dos itens.

## 10. SEÇÃO X - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada por meio do e-mail indicado no preâmbulo deste Edital.

10.1.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

10.1.2. Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.1.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Ao final da sessão pública, após declarado o vencedor, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá fazê-lo, manifestando sua intenção em campo próprio do sistema, com registro da síntese das suas razões imediatamente em até 20 minutos, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias, devendo anexar ao sistema do licitacoes-e (mesmo local de anexação da proposta reformulada). Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

10.3. Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.

10.4. Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.

10.5. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.6. Os recursos contra decisões do Pregoeiro referente à habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo e deverão respeitar os ditames legais previstos no artigo 109, §2º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e no artigo 4º, XVIII a XXI, da Lei Federal nº 10.520/02.

10.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8. Havendo recurso tempestivo e motivado (presentes os requisitos recursais : tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), o Pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade máxima competente, a Prefeita Municipal, a decisão em grau final.

10.9. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação na imprensa oficial.

10.10. Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

10.11. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

10.11.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

## 11. SEÇÃO XI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Caso não haja interposição de recurso tempestivo e motivado, o objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro.

11.2. Havendo recurso tempestivo e motivado, o objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o objeto ao vencedor.

11.4. A Autoridade Competente poderá revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## 12. SEÇÃO XII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Anexo IV - Minuta)

12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida para o endereço indicado no item 8.1.3., no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

12.3. Como condição para o fornecimento, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste Edital.

12.3.1. Para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

## 13. SEÇÃO XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1. Terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida para o endereço indicado no item 8.1.3., no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do envio do e-mail.

13.3. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

13.4. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 14. SEÇÃO XIV - DO PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

14.2. O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante, conforme minuta do contrato.

## 15. SEÇÃO XV – DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

15.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

15.1.1. Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep, na forma da Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

**15.1.2.** Da Contribuição Previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

**15.1.3.** Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

**15.2.** A CONTRATADA, deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação.

**15.3.** A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente ao fornecimento executado, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

**15.4.** As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR ou de uma ou mais contribuições de que trata a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**15.5.** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

## **16. SEÇÃO XVI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto do contrato ficarão por indicação do setor contábil, no momento da contratação.

## **17. SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**17.1.** A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Macaúbas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor anual estimado para a contratação e demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

**17.1.1.** Cometer fraude fiscal;

**17.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**17.1.3.** Declarar informações falsas;

**17.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo.

**17.1.4.1.** Reputar-se inidôneo atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal.

**17.2.** As sanções serão registradas e publicadas no Diário Oficial do Município de Macaúbas.

**17.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens 17.1.1., 17.1.2., 17.1.3., 17.1.4., ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil criminal, às seguintes sanções, conforme termos do Decreto Municipal nº 0148/2020:

**17.3.1.** Multa de:

**17.3.1.1.** 5% sobre o valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;



**17.3.1.2.** 10% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato, no prazo de validade da proposta;

**17.3.1.3.** 15% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

**17.3.1.4.** 20% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação.

**17.4.** A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do objeto adjudicado, sujeitando-se as penalidades constantes nos artigos 86 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações, dentre elas a suspensão do direito de licitar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

**17.4.1.** Para os efeitos do art. 88 da Lei nº 8.666/93, fica estabelecida a multa cominatória de 2% (dois por cento) *sob o valor global da proposta apresentada, a ser aplicada em caso de infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas, no presente instrumento e/ou da proposta apresentada.*

**17.5.** De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado/irregular na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

**17.5.1.** Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 15 (quinze) dias corridos;

**17.5.2.** Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde 16º (décimo sexto) dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado ao percentual total de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

**17.6.** Multa de 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida, inclusive por entregar o produto em desconformidade com o exigido no Edital e seus respectivos anexos.

**17.7.** Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução total do contrato, calculada sobre o valor do contrato ou Ordem de Fornecimento respectiva.

**17.8.** Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do produto entregue, que será aplicada após regular processo, nos seguintes casos:

**17.8.1.** Quando na análise sensorial, o produto apresentar características alteradas e/ou quando na re-análise técnica, o produto apresentar distorções em relação ao estabelecido na ficha técnica, além da troca do produto pela licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da notificação/intimação, sem qualquer ônus para o Município.

**17.8.2.** Quando apurado por laudo, o produto apresentar alguma diferença em suas características físico-químicas, além da troca da mercadoria pela licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação/notificação, sem qualquer ônus para o Município.

**17.8.3.** Quando apurado por laudo, a análise microscópica e/ou toxicológica do produto comprovar a presença de sujidades, parasitas e larvas ou substâncias estranhas à sua composição, além da troca da mercadoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação/intimação, sem qualquer ônus para o Município.

**17.8.4.** Quando apurado por laudo, a análise microbiológica e/ou toxicológica do produto comprovar a presença de substâncias nocivas à saúde, contaminação e/ou deterioração, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e criminal, perante os Órgãos de Defesa do Consumidor.

17.8.5. Nesta hipótese, o produto será posto à disposição do Órgão de Fiscalização Federal, Estadual ou Municipal competente, para que o mesmo disponha sobre sua retirada e destinação, devendo a licitante providenciar a sua substituição, responsabilizando-se por todas as despesas relativas ao transporte e armazenamento do produto.

17.9. Nos casos acima descritos, se a licitante efetuar a troca do produto, sem nele perdurar as irregularidades anteriormente constatadas, pode a Administração, mediante justificativa expressa, dispensar a aplicação das referidas penalidades.

17.10. Se a infração cometida caracterizar-se de má-fé ou causar prejuízos ao abastecimento efetuado pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, poderá esta impor àquela a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público ou propor à autoridade competente, a declaração de inidoneidade, pelo período de até 02 (dois) anos.

17.11. No caso de troca do produto na forma estabelecida nos subitens anteriores, a licitante assumirá a responsabilidade pelos custos de armazenagem, que incluem: transporte, carga, descarga, estocagem e movimentação, relativos ao período em exame, que deverão ser pagos pela licitante através da Guia de Arrecadação própria, emitida pela Prefeitura Municipal de Macaúbas. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada até que seja atestado o novo recebimento do produto.

17.12. As multas são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do respectivo pagamento, através da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos valores apurados.

## 18. SEÇÃO XVIII – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

18.1. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Edital, poderá revoga-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

18.1.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## 19. SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O proponente vencedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

19.2. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.4. Caso o pregoeiro solicite documentação complementar para fins de esclarecimento ou correção de erros de soma das planilhas, deverá ser atendido no prazo informado, a contar do envio da mensagem no sistema.

19.5. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

19.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

19.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

19.8. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

## 20. SEÇÃO XX – DOS ANEXOS DESTA EDITAL

20.1. Anexo I - Termo de Referência;

20.2. Anexo II - Modelo de Declaração – (Não emprega menor 18 anos)

20.3. Anexo III - Modelo Carta de Apresentação da Proposta + Planilhas Orçamentárias;

20.4. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;

20.5. Anexo V - Minuta do Contrato;

20.6. Anexo VI - Modelo de Procuração.

## 21. SEÇÃO XXI - DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Macaúbas - BA, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar, para dirimirem-se eventuais litígios oriundos do presente Edital.

Macaúbas, 27 de Outubro de 2023.



**Roger Alcântara Pinto de Figueiredo**  
Secretário Municipal de Administração,  
Comunicação, Ciência e Tecnologia  
Decreto Municipal nº 191/2021



## ANEXO I

# TERMO DE REFERÊNCIA Nº 048/2023

### 1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto descrever as demandas para à **aquisição, de forma futura e parcelada, de materiais elétricos diversos e correlatos visando atender demandas advindas das secretarias do Município de Macaúbas**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### 2. DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO:

2.1. Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, deve-se lembrar que tal procedimento é cabível nas hipóteses indicadas no art. 3º do Decreto nº 7.892, de 2013:

*“I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa (não se confundindo entrega parcelada dos produtos com entrega de parcelas do produto, nos termos do entendimento firmado no Acórdão TCU nº 125/2016 - Plenário);*

*III - Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (podendo a incerteza da demanda ser relacionada com a sua ocorrência ou com a quantidade de bens, conforme Acórdão TCU nº 2.197/2015-Plenário).”*

2.2. Em vista da natureza do objeto, da dificuldade de previsão da quantidade que será demandada, da vantagem de não comprometer o orçamento com o contrato imediato do quantitativo total estimado e da possibilidade de contratação/execução do objeto pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da data da futura ata de registro de preço, extrapolando o exercício financeiro de 2023, recomenda-se a adoção de processo de contratação por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

2.3. Adotou-se, assim, o Sistema de Registro de Preço - SRP, considerando a hipótese prevista no inciso IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a aquisição, somente quando houver necessidade, ficando a manutenção do estoque a cargo do fornecedor, que deve estar preparado para realizar as entregas; evita o fracionamento da despesa, pois os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as aquisições ficarão mais ágeis, pois a licitação já está realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas e os preços e respectivos fornecedores já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO POR LOTE:

3.1. Considerando as características do objeto a ser licitado, os itens foram agrupados em Lotes a fim de buscar economia de escala e facilidade na gestão do contrato e nas entregas, visto que os itens que compõe o mesmo lote são semelhantes e fornecidos em sua integralidade pelas empresas do ramo comercial (inexistindo limitação de competitividade). Desta forma, a Administração busca atrair mais interessados em participar, tendo em vista que os itens de forma isolada podem não atrair interessados face aos valores individuais serem ínfimos.

3.2. Ademais, a viabilidade de “realizar o parcelamento da contratação, em tantos lotes quanto se comprovarem técnica DA CLASSIFICAÇÃO POR LOTE;

3.3. Desse modo, recai sobre a opção de parcelar a aquisição dos produtos, pesaram a favor do parcelamento os seguintes pontos:



- 3.3.1. As múltiplas contratações garantem a execução de todos os itens, desta forma não comprometerá em caso de itens desertos;
- 3.3.2. A garantia do conjunto não se compromete uma vez que será prestada cada lote por fornecedor individualmente, gerando múltiplas relações contratuais individuais;
- 3.3.3. A competitividade do certame permanece resguardada, uma vez que o mercado tem capacidade para atendimento da demanda da forma como foi estruturada; e
- 3.3.4. O agrupamento permite maior controle da Administração e racionaliza os procedimentos inerentes à execução contratual, além de garantir a disponibilidade de produtos de mesma natureza que costumam ser aplicados em conjunto ou simultaneamente nas atividades de manutenção de sistemas prediais.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

- 4.1. A aquisição dos materiais elétricos tem como base a necessidade de manter as instalações elétricas em condições de funcionamento adequado, garantindo a segurança e a eficiência dos equipamentos e sistemas elétricos. Os materiais elétricos são essenciais para o funcionamento de qualquer edificação ou instalação em vias públicas.
- 4.2. Com o tempo, os materiais elétricos podem se desgastar ou danificar, o que pode causar problemas de segurança, como curtos-circuitos e incêndios. Além disso, a falta de manutenção adequada pode reduzir a eficiência dos equipamentos e sistemas elétricos, o que pode aumentar os custos operacionais. Desta forma, a aquisição de materiais elétricos novos e de qualidade é uma forma de garantir a segurança e a eficiência das instalações elétricas existentes de responsabilidade do município.
- 4.3. Neste sentido, pontua-se a necessidade de providenciar a manutenção preventiva (é uma forma de evitar problemas de segurança e reduzir o risco de falhas elétricas); manutenção corretiva, através de reposição de materiais danificados (é uma forma de garantir a segurança e a eficiência das instalações elétricas existentes); novas instalações ou extensão de instalações elétricas (a expansão ou modernização das instalações elétricas pode ser necessária para atender a novos requisitos ou demandas).
- 4.4. Não distante cabe registrar que a maior demanda é de fios e cabos elétricos os quais são responsáveis por transportar a energia elétrica de uma fonte até o ponto de consumo, e sua qualidade é fundamental para evitar acidentes e garantir o funcionamento adequado dos equipamentos elétricos. Os fios e cabos elétricos devem ser fabricados com materiais de alta qualidade e atender a normas técnicas específicas, devem ser resistentes a altas temperaturas, umidade e abrasão, e devem ter a capacidade de suportar a corrente elétrica necessária para o funcionamento dos equipamentos. A aquisição de fios e cabos elétricos de qualidade é uma medida de segurança essencial para qualquer instituição. *Os fios e cabos de má qualidade podem causar incêndios, curtos-circuitos e outros acidentes, colocando em risco a vida das pessoas e a integridade dos equipamentos.* A aquisição de fios e cabos elétricos pode ser necessária para a renovação ou manutenção de instalações elétricas antigas ou danificadas; pode ser necessária para a instalação de novos equipamentos elétricos, como máquinas industriais, aparelhos eletrônicos e sistemas de iluminação; como também na ampliação de instalações elétricas, como a instalação de novas tomadas ou pontos de luz. Portanto, adquirir fios e cabos elétricos de qualidade é uma medida importante para garantir a segurança, a confiabilidade e a eficiência das instalações elétricas.
- 4.5. Outra parte importante dos quantitativos são as lâmpadas elétricas visando garantir a iluminação adequada em ambientes públicos e nos edifícios. A iluminação é essencial para a segurança, a saúde e o conforto das pessoas; em ambientes públicos, a iluminação é importante para garantir a segurança dos pedestres e motoristas. Uma iluminação adequada ajuda a prevenir acidentes e crimes. Além disso, a iluminação pública também contribui para a estética da cidade.
- 4.6. Em edifícios públicos, a iluminação é importante para garantir o conforto e a produtividade das pessoas. Uma iluminação adequada ajuda a criar um ambiente agradável e seguro para trabalhar, produzir e relaxar. Desta forma, a aquisição de lâmpadas elétricas decorre da necessidade de substituição de lâmpadas queimadas ou com defeito, visto representar um risco de segurança e também podem prejudicar a estética de um ambiente; modernização da iluminação, é fato que a tecnologia de iluminação está em constante evolução, lâmpadas mais modernas pode ajudar a reduzir o consumo de energia e melhorar a eficiência da iluminação; além do aumento da segurança, através de lâmpadas de alta potência podem ajudar a melhorar a visibilidade em ambientes escuros, o que pode contribuir para a prevenção de acidentes e crimes.
- 4.7. Não distante, a aquisição de reatores, drive e relé são necessários por uma série de fatores, incluindo a melhora da eficiência energética, os reatores e drive podem ajudar a reduzir o consumo de energia, o que pode resultar em economias significativas de custos; aumento da confiabilidade, os equipamentos podem ajudar a proteger os equipamentos elétricos contra falhas, o que pode ajudar a evitar interrupções no serviço; melhora da segurança, os produtos podem ajudar a reduzir o risco de acidentes elétricos, o que pode ajudar a proteger

os funcionários e o público. Os reatores são dispositivos elétricos que são usados para controlar a corrente elétrica, eles são frequentemente usados para fornecer uma fonte de corrente constante para equipamentos elétricos e também podem ser usados para melhorar a eficiência energética de sistemas elétricos. Os relés são dispositivos elétricos que são usados para controlar o fluxo de corrente elétrica, eles são frequentemente usados para proteger equipamentos elétricos contra falhas, os relés também podem ser usados para controlar o fluxo de corrente elétrica em sistemas elétricos.

**4.8.** Em virtude da necessidade do melhoramento no que se refere à questão dos equipamentos e bens de cunho elétrico pertencentes ao Município de Macaúbas e visando proporcionar o adequado funcionamento dos mesmos para que sejam fornecidos serviços públicos de boa qualidade, buscando executar regularmente os pequenos serviços de manutenção em prédios, repartições e vias públicas, na conservação da iluminação e na manutenção das ruas e dos edifícios públicos do município, onde se faz necessária a utilização das instalações elétricas para o bem-estar, desenvolvimento das atividades e segurança dos usuários/colaboradores, faz-se de suma importância a aquisição dos materiais elétricos.

## 5. DOS LOTES, DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS, QUANTIDADES ESTIMADAS E PREÇOS DE REFERÊNCIA:

5.1. **CONFORME DISPOSTO NO ANEXO III DO EDITAL.**

5.2. Obs.: Os produtos ofertados devem possuir REGISTRO NO INMETRO, em caso de dispensa para o item será obrigatória a comprovação pelo licitante de tal fato, sob pena de não aceitabilidade da proposta ofertada.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

6.1. A teor do descrito no Decreto Municipal nº 338/2021, de 23 de dezembro de 2021 e no Parágrafo Único, do Artigo 1º, da Lei nº 10.520, o objeto descrito acima se enquadra como bens de natureza comum em vista da possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e de qualidade, conforme prática usual no mercado.

6.2. A aquisição dos bens não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 7. DA FORMA DE ENTREGA DOS BENS E DOS PRAZOS:

7.1. Os bens deverão ser entregues conforme discriminado abaixo:

7.1.1. PARCELADAMENTE e impreterivelmente, no prazo de até **08 (oito) DIAS ÚTEIS**, contados do recebimento da ordem de fornecimento;

7.1.2. Os bens deverão ser entregues nos locais indicados pelas Secretarias na ordem de fornecimento, no horário das 07:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira (dias úteis);

7.1.2.1. Os locais de entrega estão localizados no perímetro urbano do município de Macaúbas, cujo CEP: 46.500-000.

7.1.3. A ordem de fornecimento será emitida pelo Setor de Compras de Macaúbas.

7.2. Inexiste quantitativo mínimo para ser requisitado o fornecimento, essencialmente considerando a necessidade/demanda que sofre variações conforme a demanda do serviço público especializado e diante do sistema de registro de preço adotado.

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. *Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.*

7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



7.7. As entregar dos materiais frutos dos objetos ora licitados serão de responsabilidade da empresa contratada, devendo ser incluídos todos os eventuais custos indiretos, tais como as despesas com entrega, deslocamento/transporte, carga e descarga dos bens e alimentação dos prepostos.

## 8. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA ENTREGA DOS BENS:

- 8.1. Os bens deverão ser entregues com base nos parâmetros mínimos estabelecidos neste termo, sendo a qualidade avaliada pelo setor técnico utilizando conhecimentos técnicos e a prática usual no mercado.
- 8.2. A empresa contratada deverá ser obrigada a entregar os bens, conforme especificação acima e nos termos da ordem de fornecimento emitida;
- 8.3. Os produtos, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura da futura ata de registro de preço;
- 8.4. Fornecer bens de qualidade, 1ª linha de produção, que atendam às necessidades da contratante;
- 8.5. Os produtos devem ser fornecidos dentro de embalagem apropriada de forma que garanta sua proteção e integridade durante o transporte ou armazenamento. No lado externo da embalagem deve constar, com rótulos de fácil leitura: descrição geral do produto, identificação do fabricante e do fornecedor; e orientações sobre manuseio, transporte e estocagem;
- 8.6. Todos os produtos deverão ter registro no Inmetro;
- 8.7. É indispensável que todo produto atenda às recomendações das normas vigentes;
- 8.8. O fornecedor do produto deve detalhar no que consiste a garantia, respeitado o prazo mínimo legal de 90 (noventa) dias, o lugar onde deve ser exigida e o que a garantia não cobre
- 8.9. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel, fax e e-mail que possibilitem contato imediato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 8.10. Atender aos telefones informados na proposta, no horário de 08:00 às 16:00, bem como responder aos e-mails da fiscalização no prazo máximo de 48 horas úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta. Quando a empresa se eximir em responder a e-mails ou atender aos telefones por 05 (cinco) dias consecutivos, o fiscal deverá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade;
- 8.11. Cumprir e fazer cumprir as normas de aquisição e as cláusulas contratuais;
- 8.12. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos equipamentos, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária;
- 8.13. Zelar pelas condições plenas de segurança, na forma prescrita pelas normas legais técnicas específicas;
- 8.14. Indicar preposto e responsável técnico, aceito pela Administração, para representá-los fornecimento dos bens, nos termos do artigo 68 da Lei nº 8.666;
- 8.15. Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados ao Município ou a terceiro, comprometendo-se a acatar as Leis e Regulamentos, quer existentes, quer futuros;
- 8.16. Observar todas as normas gerais técnicas; arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

## 9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 9.1. As empresas licitantes devem declarar que possuem o pleno conhecimento das condições necessárias para a entrega dos bens;
- 9.2. Está apta para licitar e contratar com a administração pública;
- 9.3. Não ter sido declarado inidôneo;
- 9.4. **Comprovação da habilitação jurídica; nos termos do Artigo 28 da Lei nº 8.666;**
- 9.5. **Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 29 da Lei nº 8.666;**
- 9.6. **Comprovação de regularidade econômico-financeira; nos termos do Artigo 31 da Lei nº 8.666;**
  - 9.6.1. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL** (documentos essenciais - termo de abertura, termo de encerramento, balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do exercício - DRE), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ACÓRDÃO 1999/2014 - PLENÁRIO;
    - 9.6.1.1. **NÃO** será exigido o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do Microempreendedor Individual, com fundamento no art. 68 da Lei Complementar nº 123 de 2006

que considera aquele pequeno empresário, em conjunto com o disposto no § 2º do art. 1.179 do Código Civil que dispensa a elaboração dos citados documentos.

9.6.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OU LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, OU DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

9.7. **Comprovação de qualificação técnica; nos termos do Artigo 30 da Lei nº 8.666;**

9.7.1. **Atestado de Capacidade Técnica**, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação;

## 10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

10.1. As comunicações entre as empresas licitadas/contratadas e esta Prefeitura serão preferencialmente eletrônicas (e-mail) e de forma suplementar através de forma postal e, em caso de impossibilidade, através de publicações no Diário Oficial deste Município.

10.2. Os pagamentos serão realizados após entrega dos bens, acompanhado da nota fiscal e da Ordem de Fornecimento ou termo de recebimento provisório devidamente assinado pelo setor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias após o cumprimento destas formalidades.

10.2.1. Entregar os bens, a licitante vencedora deverá apresentar, mediante entrega no Setor de Almoxarifado e posterior entrega no Setor de Contabilidade desta PMM, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de protocolização, liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

10.2.1.1. Ofício encaminhando a(s) Nota(s) Fiscal(is) para registro nos Setores de Compras;

10.2.1.2. Certidões Conjuntas de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

10.2.1.3. Certificados de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

10.2.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

10.2.1.5. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante;

10.2.2. O pagamento será realizado após entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato emitida em nome da Contratante, no valor e condições estabelecidas neste termo;

10.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

10.2.4. A falta de atestação pela PMM, com relação ao cumprimento do objeto deste Termo e da licitação, das notas fiscais emitidas pelo licitante vencedor;

10.2.5. Para efeito de pagamento serão computados apenas os quantitativos efetivamente medidos.

10.3. Se houver a constatação de algum vício oculto no objeto ou de um vício aparente dentro do prazo de garantia mínima de 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo, a contratada será notificada para sanear os defeitos no prazo fixado pelo fiscal do contrato; em caso de descumprimento do prazo ficará sujeita as sanções previas neste termo e à multa de até 20% (vinte por cento) do valor total contrato, independente da obrigação de glosar o eventual valor percebido pelo objeto.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção;



- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega dos bens, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com os ditames legais.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.1. Entrega o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do objeto;
- 12.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.7. *Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;*
- 12.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega do objeto;
- 12.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 13. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do objeto e do contrato.

- 15.3. A verificação da adequação da entrega do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.
- 15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e instrumento para aferição da qualidade dos produtos entregues, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 15.5.1. Deixar de entregar, ou não entregar os bens com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 15.5.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos produtos do objeto entregue.
- 15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade dos produtos entregues.
- 15.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da entrega do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade dos produtos entregues.
- 15.12. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na entrega do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.13. A conformidade dos produtos a serem entregues deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.14. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.15. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 16.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.



16.3. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto entregue, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega do objeto, será realizado pelo gestor do contrato.

16.6. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

16.7. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos entregues, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base em instrumento de medição de resultado.

16.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 17. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA:

17.1. A Ata de Registro de Preços terá sua validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser aderida por órgão não participante.

## 18. DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS:

18.1. Eventualmente, os preços referentes aos **objetos contratados** poderão ser reajustados se ultrapassado um ano da data da apresentação da proposta, para manutenção das suas condições efetivas, com base no IPCA (IBGE), com fulcro no art. 37, XXI, da Constituição Federal e nos arts. 40 e 55 da Lei 8.666/93;

18.2. O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão;

18.3. Havendo comprovado **desequilíbrio contratual**, caberá **revisão** de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 57, § 1º, 58, § 2º e 65, II, d, e §§ 5º e 6º, todos da Lei 8.666/93.

18.4. No caso de **desequilíbrio contratual**, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual.

## 19. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DE UM POSSÍVEL CONTRATO:

19.1. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

19.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados artigo 78 da Lei 8.666/93;

19.3. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

19.4. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no artigo 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação.

## 20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO:

20.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

20.1.1. Deixar de retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

20.1.2. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

20.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666 de 1993, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002.

20.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.



20.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 20.3.1. Por razão de interesse público; ou
- 20.3.2. A pedido do fornecedor.

## 21. DAS SANÇÕES:

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
  - 21.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 21.1.2. Apresentar documentação falsa;
  - 21.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 21.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 21.1.5. Não mantiver a proposta;
  - 21.1.6. Cometer fraude fiscal;
  - 21.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, conforme termos do Decreto Municipal nº 0148/2020:
  - 21.4.1. A **MULTA** é a sanção pecuniária imposta ao licitante, que poderá ser aplicada respeitando os seguintes percentuais:
    - 21.4.1.1. 5% sobre o valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;
    - 21.4.1.2. 10% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato, no prazo de validade da proposta;
    - 21.4.1.3. 15% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
    - 21.4.1.4. 20% sobre o valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação.
  - 21.4.2. A **MULTA**, no âmbito do contrato, que poderá ser:
    - 21.4.2.1. De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:
      - 21.4.2.1.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
      - 21.4.2.1.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.
    - 21.4.2.2. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado/irregular na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:
      - 21.4.2.2.1. 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 15 (quinze) dias corridos;
      - 21.4.2.2.2. 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o décimo sexto dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado ao percentual total de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
  - 21.4.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR** com o Município, pelo prazo de até cinco anos.
- 21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 22. DO VALOR ESTIMADO:

22.1. O custo total estimado da contratação é de R\$ (CARATER SIGILOSO), obtidos a partir de pesquisas de preços juntadas aos autos do processo licitatório, para todo o objeto, conforme valores unitários e totais apresentados na planilha de preço médio, nos termos da IN nº 73/2020.

## 23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

23.1. A aquisição será custeada com recursos das Dotações Orçamentárias do Município de Macaúbas, referente ao exercício de 2023. De acordo com o § 2º do artigo 7º do decreto federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013, na licitação para Registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

23.2. As despesas decorrentes com a execução do contrato da aquisição serão custeadas com recursos do Erário Municipal e ocorrerão por conta da disponibilidade orçamentária, no exercício 2023 e subsequente, cuja fonte de recursos, programa e elemento de despesa a ser especificados na Nota de empenho, emitida pelo órgão ou setor competente.

## 24. DO QUANTITATIVO ESTIMADO DE CADA SECRETARIA:

QUANTIDADE POR SECRETARIA											
ITEM	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ADMINISTRAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA	AMBIENTE	OBRAS	CULTURA	TRANSPORTE	AGRICULTURA
01	CABO FLEXÍVEL 1 X 1,5	M	200	300	300	100	1.000	3.000	1.000	100	100
02	CABO FLEXÍVEL 1 X 2,5	M	300	300	300	100	1.000	2.300	1.500	100	100
03	CABO FLEXÍVEL 4	M	100	200	300		1.000	2.000	800	100	100
04	CABO FLEXÍVEL 6	M	100	100	300	100	1.000	1.500	500	100	100
05	CABO FLEXÍVEL 10	M	100	300	200	100	1.000	500	200	100	100
06	CABO FLEXÍVEL 16	M	100	300	200	100	1.000	350	200	100	100
07	CABO FLEXÍVEL 25	M		200	200		1.000	140		100	100
08	CABO FLEXÍVEL 50	M		100	200		1.000	100		100	100
09	CABO FLEXÍVEL 70	M			200		1.000	80		100	100
10	CABO FLEXÍVEL 95	M			300		1.000	70		100	100
11	CABO PP 2 X 1,5	M		200	300		1.000	1.500		100	100
12	CABO PP 2 X 2,5	M	100	200	100		1.000	1.000	200	100	100
13	CABO PP 2 X 6	M		100	100		1.000	700		100	100
14	CABO PP 3 X 2,5	M		100	100		1.000	600		100	100
15	CABO PP 3 X 4	M			100		1.000	600		100	100
16	CABO PP 3 X 6	M			100		1.000	600		100	100



17	CABO RÍGIDO 10	M			100		1.000	500		100	100
18	CABO RÍGIDO 16	M			100		1.000	400		100	100
19	FIO PARALELO 2 X 1,0	M	200		100		1.000	800		100	100
20	FIO PARALELO 2 X 1,5	M	200		100	100	1.000	600	800	100	100
21	FIO PARALELO 2 X 2,5	M	100		100	100	1.000	800	500	100	100
22	FIO TORCIDO 2 X 2,5	M			100		1.000	800		100	100
23	CABO MULTIPLEXADO 2 X 10	M			100		1.000	600		100	100
24	CABO MULTIPLEXADO 2 X 16	M			100		1.000	600		100	100
25	CABO MULTIPLEXADO 3 X 16	M			100		1.000	600		100	50
26	BOCAL PLÁSTICO	UNID	20	100	50	10	100	350	100	15	20
27	BOCAL PORCELANA E27	UNID	20	50	50	10		250		15	20
28	BOCAL PORCELANA E40	UNID	20	50	50	10		100		15	20
29	PLAFON BRANCO	UNID	20	70	50	10	20	200		15	20
30	PLAFON PRETO	UNID	20	70	50	10	20	200		15	20
31	ADAPTADOR TOMADA	UNID	20	40	50	10	50	80		15	20
32	EXTENSÃO 3M	UNID	5	15	10	3		15	3	3	5
33	EXTENSÃO 5M	UNID	3	10	10	3	3	15	3	2	5
34	EXTENSÃO 10M	UNID	3	8	10	5		15	3	2	5
35	PLUGUE MACHO 10A	UNID	20	50	50	10	20	120	150	15	20
36	PLUGUE MACHO 20A	UNID	10	20	50	10	20	100		10	20
37	PLUGUE FÊMEA 10A	UNID	10	20	50	10	20	170		10	20
38	PLUGUE FÊMEA 20A	UNID	20	30	50	10	20	90	20	15	20
39	FITA ISOLANTE	UNID	10	30	10	5	150	1.400	20	10	5
40	FITA AUTOFUSÃO	UNID	20	50	20	10	100	180	20	20	10
41	GRAMPO MIGUELÃO	PCT	10	50	50	10	100	150	50	10	20



42	RESISTÊNCIA CHUVEIRO 110V	UNID	5	30	50	10	10	100		5	20
43	RESISTÊNCIA CHUVEIRO 220V	UNID	5	30	50	10	5	120		5	20
44	INTERRUPTOR 1 TECLA	UNID	20	50	100	10		150	20	15	30
45	INTERRUPTOR 2 TECLAS	UNID	20	50	100	10		100		15	40
46	INTERRUPTOR 3 TECLAS	UNID	10	30	100	10	20	80		10	40
47	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA	UNID	20	50	100	10		120	20	15	40
48	INTERRUPTOR 2 TECLA COM TOMADA	UNID	20	50	100	10	50	80		15	40
49	PLACA CEGA	UNID	10	50	50	10	20	100		10	20
50	TOMADA EXTERNA	UNID	5	20	50	5		60		5	20
51	TOMADA 10A	UNID	20	20	50	10	50	300		15	20
52	TOMADA 20A	UNID	20	15	50	10	50	220		15	20
53	CAIXA DE BARRAMENTO	UNID			50		2	25			20
54	CAIXA DE PADRÃO MONOFÁSICA	UNID			10		100	50			5
55	CAIXA DE PADRÃO TRIFÁSICO	UNID			10		100	50			2
56	CONECTOR DERIVADO	UNID			10		100	850			2
57	SAPATILHA BARRAMENTO	UNID			10		20	20			2
58	CONECTOR HASTE	UNID			10		100	100			2
59	HASTE ATERRAMENTO	UNID			10		150	50			2
60	TUBO ELETRODUTO 1/2	TUBO			10			90			2
61	TUBO ELETRODUTO 3/4	TUBO			10			150			2
62	TUBO ELETRODUTO 1	TUBO			10		200	150			2
63	TUBO ELETRODUTO 1.1/2	TUBO			10			100			2
64	CURVA 90 ELETRODUTO 1.1/4	UNID			10		100	50			2
65	CURVA 90 ELETRODUTO 1.1/2	UNID			10		100	50			2



66	CURVA 180 ELETRODUTO 1/2	UNID			10		100	50			2
67	CURVA 180 ELETRODUTO 3/4	UNID			10		100	50			2
68	CURVA 180 ELETRODUTO 1	UNID			10		100	50			2
69	CURVA 180 ELETRODUTO 1.1/4	UNID			10		100	50			2
70	CURVA 180 ELETRODUTO 1.1/2	UNID			10		100	50			2
71	REX COM 1 ROLDANA	KIT			10			100			2
72	REX COM 2 ROLDANA	KIT			10		4	100			2
73	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 3 DISJUNTORES	UNID			10		20	50			2
74	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 6 DISJUNTORES	UNID			10		20	40			2
75	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 8 DISJUNTORES	UNID			10		20	40			2
76	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 12 DISJUNTORES	UNID			10		2	30			2
77	CAIXA DE LUZ	UNID			50		10	250			20
78	MANGUEIRA CORRUGADA 1/2 POL	M			10			100			2
79	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 POL	M			10		500	850			2
80	MANGUEIRA CORRUGADA 1 POL	M			10		1.500	250			2
81	DISJUNTOR MONO 16A	UNID	5		10	2	30	60	20		2
82	DISJUNTOR MONO 25A	UNID	5		10	2	30	60			2
83	DISJUNTOR MONO 32A	UNID	3		10		30	60			2
84	DISJUNTOR MONO 40A	UND	2		10	2	20	60	10		2
85	DISJUNTOR MONO 63A	UNID			10		5	60			2
86	DISJUNTOR BIPOLAR 16A	UNID	5		10	2	20	50			2





87	DISJUNTOR BIPOLAR 25A	UNID		5	10	2	20	50			2
88	DISJUNTOR BIPOLAR 32A	UNID		3	10		20	50	10		2
89	DISJUNTOR BIPOLAR 40A	UNID		2	10	2	20	40			2
90	DISJUNTOR TRIPOLAR 40A	UNID		5	10	2	20	30			2
91	DISJUNTOR TRIPOLAR 60A	UNID		3	10		5	30			2
92	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A	UNID			10		5	20			2
93	LÂMPADA LED 9W	UNID	30	100	50	10		300		20	20
94	LÂMPADA LED 12W	UNID	30	100	50	10		400		20	20
95	LÂMPADA LED 15W	UNID	30	50	50	10		250	150	20	20
96	LÂMPADA LED 20W	UNID	10	30	50	5	150	180		10	20
97	LÂMPADA LED 30W	UNID	5	15	50	5	100	140		20	20
98	LÂMPADA LED 50W	UNID		10	50		100	140	5		20
99	LÂMPADA LED 65W	UNID			50		100	1.200			20
100	LÂMPADA LED MILHO 70W	UNID		20	50		50	350			20
101	LÂMPADA LED MILHO 100W	UNID		20	50		50	200			20
102	LÂMPADA TUBULAR LED 20W	UNID	5	100	50	5		40		5	20
103	LÂMPADA TUBULAR LED 40W	UNID	5	100	50	3	20			5	20
104	PLAFON QUADRADO 6W	UNID	20	100	50	10	50	60		15	20
105	PLAFON QUADRADO 12W	UNID	20	100	50	10	50	20		15	20
106	PLAFON QUADRADO 18W	UNID	20	50	50	5	50	20		15	20
107	PLAFON QUADRADO 24W	UNID	10	50	50	5	50	20		10	20
108	REFLETOR LED 50W	UNID	5	10	10	2		25		5	2
109	REFLETOR LED 100W	UNID	3	10	10	2	10	35	10	3	2
110	REFLETOR LED 200W	UNID			10		10	40			2
111	REFLETOR LED 300W	UNID			10		10	25			2



112	REFLETOR LED 400W	UNID			10		10	15			2
113	REFLETOR LED 500W	UNID			10		10	10	20		2
114	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W X 110V	UNID					100				
115	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W X 220V	UNID					100				
116	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W X 220V	UNID					100				
117	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W	UNID						100			
118	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W	UNID						100			
119	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W	UNID						100			
120	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W	UNID						40			
121	ESFERA LEITOSA	UNID						30			
122	PARAFUSO 250MM	UNID						250			
123	PARAFUSO 300MM	UNID						250			
124	LUMINÁRIA PÚBLICA	UNID					100				
125	REATOR LÂMPADA VAPOR METÁLICO 100W	UNID			10						2
126	REATOR LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W	UNID			10			100			2
127	REATOR LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W	UNID			10			50			2
128	REATOR LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 125W	UNID			10						2
129	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W	UNID			10			50			2
130	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W	UNID			10			100			2
131	DRIVE PARA LED 12 A 18W	UNID			10		100	10			2
132	DRIVE PARA LED 30W	UNID			10		100	10			2



133	DRIVE PARA LED 50W	UNID			10		100	10			2
134	RELÊ FOTOELÉTRICO	UNID			10		200	1.500			2
135	RELÊ NÍVEL 220V	UNID			10		150	5			2
136	RELÊ NÍVEL 380V	UNID			10		30	5			2
137	RELÊ NÍVEL 440V	UNID			10		30	5			2
138	RELÊ TEMPO 220V	UNID			10		50	5			2
139	RELÊ TEMPO 440V	UNID			10		50	5			2
140	RELÊ FALTA DE FASES	UNID			10		50	5			2
141	RELÊ TÉRMICO 17-25A	UNID			10		50	5			2
142	RELÊ TÉRMICO 37-50A	UNID			10		50	5			2
143	RELÊ TÉRMICO 55-70A	UNID			10		50	5			2
144	BLOCO TEMPORIZADOR	UNID					100				
145	CAPACITOR ELETROLÍTICO	UNID					200				
146	CAPACITOR PERMANENTE	UNID					200				
147	CHAVE PARTIDA 2CV MONO	UNID					50				
148	CHAVE PARTIDA 3CV MONO	UNID					50				
149	CHAVE PARTIDA 4CV TRIFÁSICA	UNID					50				
150	CHAVE PARTIDA 5CV MONO	UNID					50				
151	CHAVE PARTIDA 5CV TRIFÁSICA	UNID					50				
152	CHAVE PARTIDA 7,5CV TRIFÁSICA	UNID					50				
153	CHAVE PARTIDA 10CV TRIFÁSICA	UNID					50				
154	CHAVE PARTIDA 12,5CV TRIFÁSICA	UNID					50				
155	CHAVE PARTIDA 15CV TRIFÁSICA	UNID					50				
156	CONTACTOR 25A	UNID					50	10			
157	CONTACTOR 32A	UNID					50	10			



158	CONTACTOR 65A	UNID					50	10			
159	CONTACTOR 80A	UNID					50	10			
160	KIT ROTOR 4R1 A AR5	KIT					30				
161	KIT ROTOR 4R6 A 4R8	KIT					30				
162	VOLTÍMETRO	UNID			5		30	10			
CUSTO ESTIMADO DE CADA SECRETARIA R\$			CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO	CARATER SIGILOSO
SD - SOLICITAÇÃO DE DESPESA			265	266	267	268	269	270	271	272	273

## 25. DAS OUTRAS PRESCRIÇÕES:

25.1. Além das especificações acima deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do produto licitado:

- 25.1.1. Não serão aceitos o objeto em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;
- 25.1.2. Prazos de validade da proposta não deverão ser inferiores a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço.

## 26. DOS ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

26.1. Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura Municipal de Macaúbas, Rua Dr. Vital Soares, nº 268, Centro, Macaúbas - Bahia; e-mail: [pregoeiro.marco@gmail.com](mailto:pregoeiro.marco@gmail.com) ou pelo telefone: (77) 9 8105-8098.

## 27. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

27.1. Menor Preço por Lote;

## 28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 28.1. Publicidade:
  - 28.1.1. Todos os atos públicos serão publicados no Diário Oficial do Município;
- 28.2. Do foro:
  - 28.2.1. Fica estabelecido o foro de Macaúbas - BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação;
- 28.3. Registra-se que o órgão responsável pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preço será a Secretaria Municipal de Administração de Macaúbas;
- 28.4. Vale salientar que a participação de qualquer empresa no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições impostas no Edital em obediência a Lei 8.666/93.

Termo de Referência desenvolvido por servidor do Setor de Compras de Macaúbas,

**Genésio Pereira Figueiredo**  
Chefe do Setor de Compras da Prefeitura de Macaúbas

**Argilandes Azevedo Costa**  
Servidor Setor de Compras - Responsável pelo TR

Macaúbas, 27 de setembro de 2023.

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os proponentes de todas as informações necessárias, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

**Roger Alcântara Pinto de Figueiredo**

Secretário Municipal de Administração, Comunicação, Ciência e Tecnologia

Decreto Municipal nº 191/2021

**Jacqueline Silva do Bomfim**

Secretária Municipal de Saúde  
Decreto Municipal nº 173/2022

**João Luis Oliveira Figueiredo**

Secretário Municipal de Educação  
Decreto Municipal nº 330/2021

**Daniela Bastos Pinto Nogueira**

Secretária Municipal de Assistência Social  
Decreto Municipal nº 05/2021

**Uirlei de Oliveira Borges**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto Municipal nº 07/2021

**Salvador Lopes da Costa Junior**

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Decreto Municipal nº 297/2021

**Adilson Silva Figueiredo**

Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo  
Decreto Municipal nº 24/2021

**Roger Alcântara Pinto de Figueiredo**

Secretário Municipal Interino de Transportes

Decreto Municipal nº 145/2022

**Valdete Teixeira de Matos**

Secretário Municipal de Agricultura  
Decreto Municipal nº 10/2021

ANEXO II  
MODELO DECLARAÇÃO

Local e Data

À

Comissão Permanente de licitação  
Prefeitura Municipal de .....

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023

(Nome da Empresa.....) devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sua sede à Rua..... (endereço completo), Declara que:

Para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos. **Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)  
Nome e identidade do representante legal

ANEXO III  
MODELO PADRÃO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2023

Atendendo às exigências deste EDITAL, estamos apresentando nossa "PROPOSTA COMERCIAL" relativa ao presente PREGÃO ELETRÔNICO, cujo o valor total do é de ..... (por extenso) de acordo com as especificações relacionadas na planilha anexa.

01) Indicação do banco, número da conta ..... e agência..... do licitante vencedor, para fins de pagamento.

02) Qualificação completa..... do representante da empresa que assinará o futuro contrato.

03) Meios de contato: Telefone....., celular....., e-mails.....;

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)  
Nome e identidade do representante legal

]

**(CONTINUAÇÃO DO ANEXO III)  
ANEXO PROPOSTA DE PREÇOS**

LOTE 01 - CABOS FLEXÍVEL TIPO I							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CABO FLEXÍVEL 1 X 1,5	CABO FLEXÍVEL 1 X 1,5MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	6.100	M			
02	CABO FLEXÍVEL 1 X 2,5	CABO FLEXÍVEL 1 X 2,5MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	6.000	M			
03	CABO FLEXÍVEL 4	CABO FLEXÍVEL 4MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	4.600	M			
04	CABO FLEXÍVEL 6	CABO FLEXÍVEL 6MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	3.800	M			
05	CABO FLEXÍVEL 10	CABO FLEXÍVEL 10MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	2.600	M			
06	CABO FLEXÍVEL 16	CABO FLEXÍVEL 16MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	2.450	M			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

LOTE 02 - CABOS FLEXÍVEL TIPO II							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CABO FLEXÍVEL 25	CABO FLEXÍVEL 25MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	1.740	M			





1832

02	CABO FLEXÍVEL 50	CABO FLEXÍVEL 50MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	1.600	M			
03	CABO FLEXÍVEL 70	CABO FLEXÍVEL 70MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	1.480	M			
04	CABO FLEXÍVEL 95	CABO FLEXÍVEL 95MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-3; CORES DIVERSAS.	1.570	M			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

<b>LOTE 03 - CABOS E FIOS DIVERSOS</b>							
<b>QUANTITATIVO ESTIMADO</b>					<b>CUSTO ESTIMADO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT</b>	<b>UNID</b>	<b>MARCA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
01	CABO PP 2 X 1,5	CABO PP FLEXÍVEL 2 X 1,5MM, 300V/500V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	3.200	M			
02	CABO PP 2 X 2,5	CABO PP FLEXÍVEL 2 X 2,5MM, 300V/500V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	2.800	M			
03	CABO PP 2 X 6	CABO PP FLEXÍVEL 2 X 6MM, 300V/500V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	2.100	M			
04	CABO PP 3 X 2,5	CABO PP FLEXÍVEL 3 X 2,5MM, 300V/500V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	2.000	M			
05	CABO PP 3 X 4	CABO PP FLEXÍVEL 3 X 4MM, 300V/500V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	1.900	M			
06	CABO PP 3 X 6	CABO PP FLEXÍVEL 3 X 6MM, 300V/500V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF	1.900	M			



		(RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.					
07	CABO RÍGIDO 10	CABO RÍGIDO 10MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-2; CORES DIVERSAS.	1.800	M			
08	CABO RÍGIDO 16	CABO RÍGIDO 16MM, 750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-2; CORES DIVERSAS.	1.700	M			
09	FIO PARALELO 2 X 1,0	FIO PARALELO 2 X 1,0MM, 450V/750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	2.300	M			
10	FIO PARALELO 2 X 1,5	FIO PARALELO 2 X 1,5MM, 450V/750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	3.000	M			
11	FIO PARALELO 2 X 2,5	FIO PARALELO 2 X 2,5MM, 450V/750V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); NORMA DE REFERÊNCIA: NBR Nº 247-5; CORES DIVERSAS.	2.800	M			
12	FIO TORCIDO 2 X 2,5	FIO TORCIDO 2 X 2,5MM, 300V, CONDUTOR: FIOS DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 5, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE À PROPAGAÇÃO DE CHAMAS); CORES DIVERSAS.	2.100	M			
13	CABO MULTIPLEXADO 2 X 10	CABO MULTIPLEXADO, DUPLEX X 10MM, 0,6/1KV, CONDUTOR FIO DE ALUMÍNIO, NEUTRO ISOLADO, CLASSE 2, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO EXTRUTURA DE PE OU XLPE; CORES DIVERSAS.	1.900	M			
14	CABO MULTIPLEXADO 2 X 16	CABO MULTIPLEXADO, DUPLEX X 16MM, 0,6/1KV, CONDUTOR FIO DE ALUMÍNIO, NEUTRO ISOLADO, CLASSE 2, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO EXTRUTURA DE PE OU XLPE; CORES DIVERSAS.	1.900	M			
15	CABO MULTIPLEXADO 3 X 16	CABO MULTIPLEXADO, TRIPLEX X 16MM, 0,6/1KV, CONDUTOR FIO DE ALUMÍNIO, NEUTRO ISOLADO, CLASSE 2, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 280. ISOLAÇÃO EXTRUTURA DE PE OU XLPE; CORES DIVERSAS.	1.850	M			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

LOTE 04 - BOCAIS, EXTENSÕES, FITAS ISOLANTES, INTERRUPTORES E TOMADAS							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BOCAL PLÁSTICO	BOCAL DE LÂMPADA, SOQUETE E27, COM RABICHO, EM PLÁSTICO, COR PRETA.	765	UNID			



02	BOCAL PORCELANA E27	BOCAL DE LÂMPADA, SOQUETE E27, PORCELANA.	415	UNID			
03	BOCAL PORCELANA E40	BOCAL DE LÂMPADA, SOQUETE E40, PORCELANA.	265	UNID			
04	PLAFON BRANCO	PLAFON REDONDO, PLÁSTICO, SOQUETE E27, COM PARAFUSOS, COR BRANCA.	405	UNID			
05	PLAFON PRETO	PLAFON REDONDO, PLÁSTICO, SOQUETE E27, COM PARAFUSOS, COR PRETA.	405	UNID			
06	ADAPTADOR TOMADA	ADAPTADOR PARA TOMADA, TERMOPLÁSTICO (TIPO PLUGUE BOB ESPONJA), NOVO PADRÃO DE TOMADA NBR 14136. ENTRADA PARA TOMADAS DE 10A E 20A 250V, NA COR BRANCO, COM SAÍDA DE DOIS PINOS DE LATÃO OU COBRE MACIÇO.	285	UNID			
07	EXTENSÃO 3M	EXTENSÃO ELÉTRICA, 3 TOMADAS NOVO PADRÃO 10A, 3 METROS.	59	UNID			
08	EXTENSÃO 5M	EXTENSÃO ELÉTRICA, 3 TOMADAS NOVO PADRÃO 10A, 5 METROS.	54	UNID			
09	EXTENSÃO 10M	EXTENSÃO ELÉTRICA, 3 TOMADAS NOVO PADRÃO 10A, 10 METROS.	51	UNID			
10	PLUGUE MACHO 10A	PLUGUE MACHO, 2P + T, 10A, NOVO PADRÃO.	455	UNID			
11	PLUGUE MACHO 20A	PLUGUE MACHO, 2P + T, 20A, NOVO PADRÃO, REFORÇADO.	240	UNID			
12	PLUGUE FÊMEA 10A	PLUGUE FÊMEA, 10A, NOVO PADRÃO.	310	UNID			
13	PLUGUE FÊMEA 20A	PLUGUE FÊMEA, 20A, NOVO PADRÃO.	275	UNID			
14	FITA ISOLANTE	FITA ISOLANTE ELETRICA, 20M.	1.640	UNID			
15	FITA AUTOFUSÃO	FITA ISOLANTE ELETRICA, AUTOFUSÃO 10M.	430	UNID			
16	GRAMPO MIGUELÃO	GRAMPO MIGUELÃO, FIXADO DE FIO, DUPLO, PACOTE 15 UNIDADES.	450	PCT			
17	RESISTÊNCIA CHUVEIRO 110V	RESISTÊNCIA ELÉTRICA, PARA CHUVEIRO, 4600W, 110V.	230	UNID			
18	RESISTÊNCIA CHUVEIRO 220V	RESISTÊNCIA ELÉTRICA, PARA CHUVEIRO, 4600W, 220V.	245	UNID			
19	INTERRUPTOR 1 TECLA	INTERRUPTOR, 1 TECLA, SIMPLES, EMBUTIR, PLACA HORIZONTAL, 4X2.	395	UNID			
20	INTERRUPTOR 2 TECLAS	INTERRUPTOR, 2 TECLAS, SIMPLES, EMBUTIR, PLACA HORIZONTAL, 4X2.	335	UNID			
21	INTERRUPTOR 3 TECLAS	INTERRUPTOR, 3 TECLAS, SIMPLES, EMBUTIR, PLACA HORIZONTAL, 4X2.	300	UNID			
22	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA	INTERRUPTOR, 1 TECLA COM 1 TOMADA 2P + T, EMBUTIR, 4X2.	375	UNID			
23	INTERRUPTOR 2 TECLA COM TOMADA	INTERRUPTOR, 2 TECLAS COM 1 TOMADA 2P + T, EMBUTIR, 4X2.	365	UNID			

24	PLACA CEGA	PLACA CEGA 4X4"	270	UNID			
25	TOMADA EXTERNA	TOMADA EXTERNO, REDONDO, NOVO PADRÃO, CINZA.	165	UNID			
26	TOMADA 10A	TOMADA, EMBUTIR, NOVO PADRÃO, 10A, PLACA BRANCA.	485	UNID			
27	TOMADA 20A	TOMADA, EMBUTIR, NOVO PADRÃO, 20A, PLACA BRANCA.	400	UNID			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

<b>LOTE 05 - CAIXAS PLÁSTICAS, HASTES, PRODUTOS ELETRODUTO, MANGUEIRA CORRUGADA E CORRELATOS</b>							
<b>QUANTITATIVO ESTIMADO</b>					<b>CUSTO ESTIMADO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT</b>	<b>UNID</b>	<b>MARCA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
01	CAIXA DE BARRAMENTO	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO, EMBUTIR, COM BARRAMENTO.	97	UNID			
02	CAIXA DE PADRÃO MONOFÁSICA	CAIXA PARA MEDIDOR MONOFÁSICO, EM POLICARBONATO, COMPLETA, PADRÃO DA CONCESSIONARIA LOCAL.	165	UNID			
03	CAIXA DE PADRÃO TRIFÁSICO	CAIXA PARA MEDIDOR TRIFÁSICO, EM POLICARBONATO, COMPLETA, PADRÃO DA CONCESSIONARIA LOCAL.	162	UNID			
04	CONECTOR DERIVADO	CONECTOR DERIVADO PERFURANTE 16/95MM <sup>2</sup> DERIVAÇÃO 4/35MM <sup>2</sup> TOQUE DE AJUSTE 14MM	962	UNID			
05	SAPATILHA BARRAMENTO	SAPATILHA PARA QUADRO DE BARRAMENTO, GALVANIZADA.	52	UNID			
06	CONECTOR HASTE	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO, COBRE, FIXAÇÃO POR GRAMPO U, PORCA E ARRUELA DE PRESSÃO.	212	UNID			
07	HASTE ATERRAMENTO	HASTE PARA ATERRAMENTO, DE COBRE, 2,40M.	212	UNID			
08	TUBO ELETRODUTO 1/2	TUBO ELETRODUTO, ROSCÁVEL, 3M, CLASSE A, 1/2".	102	TUBO			
09	TUBO ELETRODUTO 3/4	TUBO ELETRODUTO, ROSCÁVEL, 3M, CLASSE A, 3/4".	162	TUBO			
10	TUBO ELETRODUTO 1	TUBO ELETRODUTO, ROSCÁVEL, 3M, CLASSE A, 1".	362	TUBO			
11	TUBO ELETRODUTO 1.1/2	TUBO ELETRODUTO, ROSCÁVEL, 3M, CLASSE A, 1.1/2".	112	TUBO			
12	CURVA 90 ELETRODUTO 1.1/4	CURVA ELETRODUTO, 90°, ROSCÁVEL, CLASSE A, 1.1/4".	162	UNID			
13	CURVA 90 ELETRODUTO 1.1/2	CURVA ELETRODUTO, 90°, ROSCÁVEL, CLASSE A, 1.1/2".	162	UNID			
14	CURVA 180 ELETRODUTO 1/2	CURVA ELETRODUTO, 180°, ROSCÁVEL, CLASSE A, 1/2".	162	UNID			

15	CURVA 180 ELETRODUTO 3/4	CURVA ELETRODUTO, 180°, RISCÁVEL, CLASSE A, 3/4".	162	UNID			
16	CURVA 180 ELETRODUTO 1	CURVA ELETRODUTO, 180°, RISCÁVEL, CLASSE A, 1".	162	UNID			
17	CURVA 180 ELETRODUTO 1.1/4	CURVA ELETRODUTO, 180°, RISCÁVEL, CLASSE A, 1.1/4".	162	UNID			
18	CURVA 180 ELETRODUTO 1.1/2	CURVA ELETRODUTO, 180°, RISCÁVEL, CLASSE A, 1.1/2".	162	UNID			
19	REX COM 1 ROLDANA	ARMAÇÃO REX, COM ISOLADOR VERTICAL, 1 ROLDANA PORCELANA, PARA POSTE.	112	KIT			
20	REX COM 2 ROLDANA	ARMAÇÃO REX, COM ISOLADOR VERTICAL, 2 ROLDANAS PORCELANA, PARA POSTE.	116	KIT			
21	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 3 DISJUNTORES	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EMBUTIR, PLÁSTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE 03 DISJUNTORES.	82	UNID			
22	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 6 DISJUNTORES	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EMBUTIR, PLÁSTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE 06 DISJUNTORES.	72	UNID			
23	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 8 DISJUNTORES	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EMBUTIR, PLÁSTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE 08 DISJUNTORES.	72	UNID			
24	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 12 DISJUNTORES	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EMBUTIR, PLÁSTICO, COM TAMPA, CAPACIDADE 12 DISJUNTORES.	44	UNID			
25	CAIXA DE LUZ	CAIXA DE LUZ, EMBUTIR, PLÁSTICA, RETANGULAR, 4X2, COR PRETA.	330	UNID			
26	MANGUEIRA CORRUGADA 1/2 POL	MANGUEIRA CORRUGADA, ELETRODUTO FLEXÍVEL, FABRICADA EM PVC, ANTICHAMA, COR AMARELA, CONFORME NORMA ABNT NBR 15.465, DIMENSÕES 1/2 POLEGADA.	112	M			
27	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 POL	MANGUEIRA CORRUGADA, ELETRODUTO FLEXÍVEL, FABRICADA EM PVC, ANTICHAMA, COR AMARELA, CONFORME NORMA ABNT NBR 15.465, DIMENSÕES 3/4 POLEGADAS.	1.362	M			
28	MANGUEIRA CORRUGADA 1 POL	MANGUEIRA CORRUGADA, ELETRODUTO FLEXÍVEL, FABRICADA EM PVC, ANTICHAMA, COR AMARELA, CONFORME NORMA ABNT NBR 15.465, DIMENSÕES 1 POLEGADAS.	1.762	M			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

LOTE 06 - DISJUNTORES							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	DISJUNTOR MONO 16A	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16 AMP	129	UNID			

02	DISJUNTOR MONO 25A	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 AMP	109	UNID			
03	DISJUNTOR MONO 32A	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMP	105	UNID			
04	DISJUNTOR MONO 40A	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 AMP	106	UND			
05	DISJUNTOR MONO 63A	DISJUNTOR MONOFÁSICO 63 AMP	77	UNID			
06	DISJUNTOR BIPOLAR 16A	DISJUNTOR BIPOLAR 16 AMP	89	UNID			
07	DISJUNTOR BIPOLAR 25A	DISJUNTOR BIPOLAR 25 AMP	89	UNID			
08	DISJUNTOR BIPOLAR 32A	DISJUNTOR BIPOLAR 32 AMP	95	UNID			
09	DISJUNTOR BIPOLAR 40A	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMP	76	UNID			
10	DISJUNTOR TRIPOLAR 40A	DISJUNTOR TRIPOLAR 40 AMP	69	UNID			
11	DISJUNTOR TRIPOLAR 60A	DISJUNTOR TRIPOLAR 60 AMP	50	UNID			
12	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A	DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMP	37	UNID			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

<b>LOTE 07 - LÂMPADAS DE LED</b>							
<b>QUANTITATIVO ESTIMADO</b>					<b>CUSTO ESTIMADO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT</b>	<b>UNID</b>	<b>MARCA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
01	LÂMPADA LED 9W	LÂMPADA LED, BIVOLT, SOQUETE E27, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 09 WATTS.	530	UNID			
02	LÂMPADA LED 12W	LÂMPADA LED, BIVOLT, SOQUETE E27, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 12 WATTS.	630	UNID			
03	LÂMPADA LED 15W	LÂMPADA LED, BIVOLT, SOQUETE E27, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 15 WATTS.	580	UNID			
04	LÂMPADA LED 20W	LÂMPADA LED, BIVOLT, SOQUETE E27, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 20 WATTS.	455	UNID			
05	LÂMPADA LED 30W	LÂMPADA LED, BIVOLT, SOQUETE E27, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 30 WATTS.	355	UNID			
06	LÂMPADA LED 50W	LÂMPADA LED, BIVOLT, SOQUETE E27, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 50 WATTS.	325	UNID			
07	LÂMPADA LED 65W	LÂMPADA LED, BIVOLT, SOQUETE E27, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 65 WATTS.	1.370	UNID			
08	LÂMPADA LED MILHO 70W	LÂMPADA LED MILHO, BIVOLT, SOQUETE E27, 70 WATTS.	490	UNID			



1832

09	LÂMPADA LED MILHO 100W	LÂMPADA LED MILHO, BIVOLT, SOQUETE E27, 100 WATTS.	340	UNID			
10	LÂMPADA TUBULAR LED 20W	LÂMPADA TUBULAR LED, BIVOLT, SOQUETE G13, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 20 WATTS.	225	UNID			
11	LÂMPADA TUBULAR LED 40W	LÂMPADA TUBULAR LED, BIVOLT, SOQUETE G13, VIDA ÚTIL ACIMA DE 20.000 HORAS, 40 WATTS.	203	UNID			
12	PLAFON QUADRADO 6W	PLAFON LED, QUADRADO, SOBREPOR, BIVOLT, 6 WATTS	325	UNID			
13	PLAFON QUADRADO 12W	PLAFON LED, QUADRADO, SOBREPOR, BIVOLT, 12 WATTS	285	UNID			
14	PLAFON QUADRADO 18W	PLAFON LED, QUADRADO, SOBREPOR, BIVOLT, 18 WATTS	230	UNID			
15	PLAFON QUADRADO 24W	PLAFON LED, QUADRADO, SOBREPOR, BIVOLT, 24 WATTS	215	UNID			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

**LOTE 08 - REFLETORES DE LED**

QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	REFLETOR LED 50W	REFLETOR LED, BIVOLT, HASTE DIRECIONÁVEL, 50 WATTS	59	UNID			
02	REFLETOR LED 100W	REFLETOR LED, BIVOLT, HASTE DIRECIONÁVEL, 100 WATTS	85	UNID			
03	REFLETOR LED 200W	REFLETOR LED, BIVOLT, HASTE DIRECIONÁVEL, 200 WATTS	62	UNID			
04	REFLETOR LED 300W	REFLETOR LED, BIVOLT, HASTE DIRECIONÁVEL, 300 WATTS	47	UNID			
05	REFLETOR LED 400W	REFLETOR LED, BIVOLT, HASTE DIRECIONÁVEL, 400 WATTS	37	UNID			
06	REFLETOR LED 500W	REFLETOR LED, BIVOLT, HASTE DIRECIONÁVEL, 500 WATTS	52	UNID			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

**LOTE 09 - LÂMPADAS FLUORESCENTES, DE VAPOR DE SÓDIO E VAPOR METÁLICO**

QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W X 110V	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA, 110V, 40 WATTS.	100	UNID			
02	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W X 220V	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA, 220V, 30 WATTS.	100	UNID			



03	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W X 220V	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA, 220V, 40 WATTS.	100	UNID			
04	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO EM ALTA PRESSÃO POTÊNCIA 70 WATTS, BULBO TUBULAR, SOQUETE E27.	100	UNID			
05	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO EM ALTA PRESSÃO POTÊNCIA 250 WATTS, BULBO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO 27.000LM, TEMPERATURA DA COR 1950°K, BOCAL E-40	100	UNID			
06	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W	LÂMPADA DE VAPOR METÁLICO, SOQUETE E40, OVOIDE, 250 WATTS.	100	UNID			
07	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W	LÂMPADA DE VAPOR METÁLICO, SOQUETE E40, OVOIDE, 400 WATTS.	40	UNID			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

LOTE 10 - ESFERA LEITOSA, PARAFUSOS E LUMINÁRIAS							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ESFERA LEITOSA	ESFERA LISA LEITOSA, 15 X 28, COM COLAR	30	UNID			
02	PARAFUSO 250MM	PARAFUSO PARA ELETRIFICAÇÃO DE 250MM GALVANIZADO	250	UNID			
03	PARAFUSO 300MM	PARAFUSO PARA ELETRIFICAÇÃO DE 300MM GALVANIZADO	250	UNID			
04	LUMINÁRIA PÚBLICA	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA, CORPO REFLETOR EM CHAPA DE ALUMÍNIO ESTAMPADO, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM SISTEMA LISO DE ENCAIXE PARA BRAÇOS COM DIÂMETRO DE 25,4MM FIXADO POR MEIO DE PARAFUSO COMPATÍVEL COM O BRAÇO DE ILUMINAÇÃO.	100	UNID			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>							

LOTE 11 - REATORES							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	REATOR LÂMPADA VAPOR METÁLICO 100W	REATOR BAIXA PERDA EXTERNO PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO 100W, 220V, 60HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92 (MIN), COM IGNITOR TEMPORÁRIO GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NBR 13.593. ENROLAMENTO DO NÚCLEO EM FIO DE COBRE, BAIXA PERDA. FABRICAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR E SELO INMETRO, REGISTRO ATIVO NO RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AVALIADA RAC DO INMETRO.	12	UNID			
02	REATOR LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W	REATOR BAIXA PERDA EXTERNO PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W, 220V, 60HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92 (MIN), COM IGNITOR TEMPORÁRIO GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NBR 13.593. ENROLAMENTO DO NÚCLEO EM FIO DE COBRE, BAIXA PERDA. FABRICAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR E SELO INMETRO.	112	UNID			





		REGISTRO ATIVO NO RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AVALIADA RAC DO INMETRO.						
03	REATOR LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W	REATOR BAIXA PERDA EXTERNO PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W, 220V, 60HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92 (MIN), COM IGNITOR TEMPORÁRIO GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NBR 13.593. ENROLAMENTO DO NÚCLEO EM FIO DE COBRE, BAIXA PERDA. FABRICAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR E POSSUIR SELO INMETRO. REGISTRO ATIVO NO RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AVALIADA RAC DO INMETRO.	62	UNID				
04	REATOR LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 125W	REATOR BAIXA PERDA EXTERNO PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 125W, 220V, 60HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92 (MIN), COM IGNITOR TEMPORÁRIO GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NBR 13.593. ENROLAMENTO DO NÚCLEO EM FIO DE COBRE, BAIXA PERDA. FABRICAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A NBR E SELO INMETRO. REGISTRO ATIVO NO RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AVALIADA RAC DO INMETRO.	12	UNID				
05	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W	REATOR BAIXA PERDA EXTERNO PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W, 220V, 60HZ, COM IGNITOR TEMPORÁRIO GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NBR 13.593.	62	UNID				
06	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W	REATOR BAIXA PERDA EXTERNO PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W, 220V, 60HZ, COM IGNITOR TEMPORÁRIO GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NBR 13.593.	112	UNID				
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>								

LOTE 12 - DRIVES E RELÊS							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	DRIVE PARA LED 12 A 18W	DRIVE PARA LED DE 12 A 18W, 100-265V, 50-60HZ	122	UNID			
02	DRIVE PARA LED 30W	DRIVE PARA LED COM CHIP 30W, 100-265V, 50-60HZ	122	UNID			
03	DRIVE PARA LED 50W	DRIVE PARA LED COM CHIP 50W, 100-265V, 50-60HZ, BRANCO, PARA REFLETOR	122	UNID			
04	RELÊ FOTOELÉTRICO	RELÊ FOTOELÉTRICO RF 10A, 240V.	1.712	UNID			
05	RELÊ NÍVEL 220V	RELÊ DE NÍVEL 220V	167	UNID			
06	RELÊ NÍVEL 380V	RELÊ DE NÍVEL 380V	47	UNID			
07	RELÊ NÍVEL 440V	RELÊ DE NÍVEL 440V	47	UNID			
08	RELÊ TEMPO 220V	RELÊ DE TEMPO 220V, FAIXA DE AJUSTE 5 SEGUNDOS	67	UNID			
09	RELÊ TEMPO 440V	RELÊ DE TEMPO 440V, 5 SEGUNDOS	67	UNID			
10	RELÊ FALTA DE FASES	RELÊ FALTA DE FASES, TRIFÁSICO, 220/240V	67	UNID			
11	RELÊ TÉRMICO 17-25A	RELÊ TÉRMICO 17-25A	67	UNID			



12	RELÊ TÉRMICO 37-50A	RELÊ TÉRMICO 37-50A	67	UNID			
13	RELÊ TÉRMICO 55-70A	RELÊ TÉRMICO 55-70A	67	UNID			
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							

LOTE 13 - CAPACITORES, CHAVES DE PARTIDA, CHAVES CONTACTORA E CORRELATOS							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BLOCO TEMPORIZADOR	BLOCO TEMPORIZADOR ELETRÔNICO, 60HZ, 220V.	100	UNID			
02	CAPACITOR ELETROLÍTICO	CAPACITOR ELETROLÍTICO, 270-324, 220V; PARA PARTIDA DE MOTORES ELÉTRICOS MONOFÁSICO E TRIFÁSICO.	200	UNID			
03	CAPACITOR PERMANENTE	CAPACITOR PERMANENTE, TENSÃO NOMINAL A, 60HZ, 380V.	200	UNID			
04	CHAVE PARTIDA 2CV MONO	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, MONOFÁSICA 220V, 2CV.	50	UNID			
05	CHAVE PARTIDA 3CV MONO	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, MONOFÁSICA 220V, 3CV.	50	UNID			
06	CHAVE PARTIDA 4CV TRIFÁSICA	CHAVE DE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA E METÁLICA PDWB02, TRIFÁSICA 380V, 4CV.	50	UNID			
07	CHAVE PARTIDA 5CV MONO	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, MONOFÁSICA 220V, 5CV.	50	UNID			
08	CHAVE PARTIDA 5CV TRIFÁSICA	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, TRIFÁSICA 380V, 5CV.	50	UNID			
09	CHAVE PARTIDA 7,5CV TRIFÁSICA	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, TRIFÁSICA 380V, 7,5CV.	50	UNID			
10	CHAVE PARTIDA 10CV TRIFÁSICA	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, TRIFÁSICO 380V, 10CV.	50	UNID			
11	CHAVE PARTIDA 12,5CV TRIFÁSICA	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, TRIFÁSICO 380V, 12,5CV.	50	UNID			
12	CHAVE PARTIDA 15CV TRIFÁSICA	CHAVE PARTIDA DIRETA EM CAIXA TERMOPLÁSTICA, TRIFÁSICO 380V, 15CV.	50	UNID			
13	CONTACTOR 25A	CHAVE CONTACTORA, 220V, 25 AMP.	60	UNID			
14	CONTACTOR 32A	CHAVE CONTACTORA, 220V, 32 AMP.	60	UNID			
15	CONTACTOR 65A	CHAVE CONTACTORA, 220V, 65 AMP	60	UNID			
16	CONTACTOR 80A	CHAVE CONTACTORA, 220V, 80 AMP	60	UNID			
17	KIT ROTOR 4R1 A AR5	KIT ROTOR E DIFUSOR, 4R1 A AR5	30	KIT			
18	KIT ROTOR 4R6 A 4R8	KIT ROTOR E DIFUSOR, 4R6 A 4R8	30	KIT			
19	VOLTÍMETRO	VOLTÍMETRO 0/500V	45	UNID			

VALOR TOTAL DO LOTE R\$	
-------------------------	--

VALOR GLOBAL DOS LOTES R\$	( )	
----------------------------	-----	--

ANEXO IV  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: XXX-2023  
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP: XXX-2023  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XX-2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 13.782.461/0001-05, com sede na Rua Dr.º Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, Macaúbas, Estado da Bahia, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Comunicação, Ciência e Tecnologia, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Comunicação, Ciência e Tecnologia, Sr.º Roger Alcântara Pinto de Figueiredo, doravante designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em conjunto com as ....., neste ato representada pelo(s) Ordenador(es) de Despesas, Exmo./a.(s) ....., nomeado(a) pelo Decreto Municipal nº xxx, de xxxx de xxxx de xxxx, publicado no Diário Oficial do Município, de xx de xxxx de xxxx, doravante denominadas **UNIDADES PARTICIPANTES**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto Municipal nº 0067, de 21 de agosto de 2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas legais aplicáveis, considerando a classificação das propostas e a respectiva Homologação da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS – PERP** nº xxx-xxxx, resultado publicado no Diário Oficial do Município, de .... de .... de ....., **RESOLVE** registrar os preços oferecidos pela empresa doravante denominada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, destinado às futuras aquisições, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente a xxxxxxxxxx, cujas especificações, preço, marca/modelo e quantitativo foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº xxx-xxxx e do Processo Administrativo nº xxx-xxxx, e seus anexos, que são parte integrantes desta Ata, independente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECEDOR REGISTRADO**

2.1. Fornecedor registrado:

Empresa: xxxxxxxxxxxx;  
CNPJ/MF: xxxxxxxxxxxx;  
Endereço: xxxxxxxxxxxx;  
Telefone: xxxxxxxxxxxx;  
Representante Legal: xxxxxxxxxxxx;  
Lote/Item: xxx.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

3.1. O preço ofertado pela empresa classificada em primeiro lugar, signatária da presente Ata de Registro de Preços, serão apurados de acordo com os preços unitários registrados neste instrumento:

LOTE xx - xxxxx							
Item	Produto	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Total Registrada	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	....	....	....	....	....	....	....
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							....

QUANTIDADE POR UNIDADE/SECRETARIA											
Item	Produto	Unidade de Medida	Sec. M. De Administração	Sec. M. de Saúde	Sec. M. de Educação	Sec. M. de Assistência Social	Sec. M. de Meio Ambiente	Sec. M de Obras	Sec. M. de Cultura	Sec. M. de Transporte	Sec. M. de Agricultura
01	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....

3.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões das Unidades para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS UNIDADES PARTICIPANTES

4.1. São participantes deste Registro de Preços, as seguintes unidades:

- 4.1.1. Gabinete do Prefeito;
- 4.1.2. Secretaria de Administração, Comunicação, Ciências e Tecnologia;
- 4.1.3. Secretaria de Obras e Infraestrutura;
- 4.1.4. Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;
- 4.1.5. Secretaria de Agricultura;
- 4.1.6. Secretaria Municipal de Transportes;
- 4.1.7. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- 4.1.8. Fundo Municipal de Saúde;
- 4.1.9. Fundo Municipal de Educação;
- 4.1.10. Fundo Municipal de Assistência Social.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE

5.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses**, improrrogáveis, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, conforme inciso III, § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, e nos contratos dela decorrentes serão observadas as disposições contidas no art. 57, da Lei nº 8.666/93.

5.2. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DA REVISÃO

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao fornecedor.

6.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

6.3.1. convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

6.3.2. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação;

6.3.3. convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação;

6.3.4. a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.4. É vedado ao fornecedor interromper a execução do objeto registrado, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, à Administração deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, garantida a publicidade no Diário Oficial do Município de Macaúbas, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.6. É vedado o pedido de revisão com efeito retroativo.

6.7. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços as unidades participantes, se houver.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por meio de Processo Administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

7.1.1. descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

7.1.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

7.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados:

7.2.1. por razão de interesse público;

**7.2.2.** a pedido do fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata.

**7.3.** A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** Esta Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**8.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, *optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e unidades participantes.*

**8.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e unidades participantes.

**8.4.** As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**8.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**8.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP**

**9.1.** O Órgão Gerenciador promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

**9.2.** Providenciar a publicação e o cadastro da presente ARP.

**9.3.** Encaminhar às unidades participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas.

**9.4.** Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência.

**9.5.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear as aquisições decorrentes desta Ata.

**9.6.** *Processar e liquidar a fatura correspondente, por meio de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao fornecedor.*

**9.7.** Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência.

9.8. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamento de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação às unidades participantes.

9.9. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo órgão gerenciador.

9.10. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelas unidades participantes, bem como eventuais sanções por estas aplicadas ao particular contratado por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP.

9.11. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES PARTICIPANTES

10.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamento e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta.

10.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento.

10.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame.

10.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital da licitação e na ARP, informando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação.

11.2. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo órgão gerenciador, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à Administração.

11.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) unidades participantes referentes às condições firmadas na presente ARP.

11.4. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

11.5. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório.

11.6. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP.

11.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (quando houver).



11.8. Manter, durante a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

11.9. Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta financeira.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. Entregue os materiais, o fornecedor deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is) /fatura(s), emitida(s) para fins de protocolo, liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

12.1.1. ofício encaminhando a(s) Nota(s) Fiscal (is) para registro no Setor de Protocolo;

12.1.2. certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

12.1.3. *certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;*

12.1.4. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.440, de 7 de julho de 2010;

12.1.5. certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante.

12.2. O pagamento devido ao fornecedor será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do material com a nota fiscal/fatura atestada, emitida em nome da unidade participante, no valor e condições estabelecidas nesta ARP.

12.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

12.4. Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos, aceitos e aprovados pelo órgão gerenciador e ou pela unidade participante.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor do fornecedor estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

13.1.1. Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep, na forma da Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

13.1.2. Da Contribuição Previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

13.1.3. Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

13.2. O fornecedor, deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação.

13.3. O fornecedor, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente ao fornecimento executado, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

13.4. O fornecedor amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR ou de uma ou mais contribuições de que trata a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, deve informar essa condição no documento

fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.5. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ENTREGA, LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

14.1. Os bens serão entregues conforme discriminado abaixo:

14.1.1. PARCELADAMENTE e impreterivelmente, no prazo de até (xx) dias (conforme termo de referência), contados do recebimento da ordem de fornecimento;

14.1.2. os bens deverão ser entregues ----- (conforme termo de referência);

14.1.3. a ordem de fornecimento será emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Macaúbas.

14.2. A forma de entrega prestigia o planejamento da Secretaria solicitante, mantendo estoque mínimo, sistema similar ao "just in time", que prevê a entrega parcelada do material, evitando acúmulo no almoxarifado, desgaste do objeto devido a fatores naturais como poeira e umidade.

14.3. Todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte do fiscal da unidade participante, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição.

14.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem.

14.5. Não serão aceitos produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação.

14.6. A reparação ou substituição do produto deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

14.7. No local de entrega, o Fiscal Técnico fará o recebimento provisório dos materiais, devendo verificar sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e a data da entrega.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão desta Ata será efetuada pelo órgão gerenciador (Secretaria Municipal de Administração, Comunicação, Ciência e Tecnologia), através do Sr.º Roger Alcântara Pinto de Figueiredo a quem cabe o gerenciamento deste instrumento no seu aspecto operacional e nas questões legais.

15.2. A fiscalização da execução será realizada pelas unidades participantes, a quem cabe a designação dos responsáveis pelo acompanhamento da execução do objeto.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.1.1. advertência por escrito;

16.1.2. multa de até:

**16.1.2.1.** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 15 (quinze) dias corridos;

**16.1.2.2.** 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde 16º (décimo sexto) dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado ao percentual total de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

**16.1.2.3.** 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

**16.1.3.** suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**16.1.4.** *impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 5 anos (cinco anos), nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002;*

**16.1.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**16.2.** A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

**16.3.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**16.4.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.5.** Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

**16.6.** A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do fornecedor de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

**16.7.** As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

**16.7.1.** retardarem a execução do objeto;

**16.7.2.** comportar-se de modo inidôneo;

**16.7.2.1.** considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**16.7.3.** apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

**16.8.** Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital do Pregão Eletrônico nº **xxx-xxxx**, seus anexos e as propostas classificadas.

17.2. Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

17.3. Observados os critérios e condições estabelecidas na presente Ata, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.

17.4. O Registro de Preços poderá ser cancelado ou suspenso pela Administração, por interesse público ou por fatos supervenientes, desde que amplamente justificado, sem que caibam quaisquer direito ou indenização.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Macaúbas, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciado as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acertadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surtam todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Macaúbas, BA, em **xx** de **xxxxxx** de **xxxxx**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante do Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Unidade Participante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante do Fornecedor Registrado



- 5.1. A execução do presente contrato será realizada de forma parcelada.
- 5.2. A Prefeitura Municipal de Macaúbas pagará apenas por aqueles produtos efetivamente entregues ou serviços efetivamente executados e previamente autorizados por escrito.
- 5.3. A contratada deverá manter o encarregado de fiscalizar a execução do contrato, a par do andamento dos mesmos, prestando-lhes sempre que necessário, todas as informações solicitadas. Esta fiscalização em hipótese alguma eximirá a contratada das responsabilidades contratuais legais, bem como sobre danos materiais ou pessoais que forem causados à contratante ou a terceiros, seja por atos ou omissões da empresa, de seu pessoal técnico ou prepostos.
- 6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**
- 6.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado com a Licitante vencedora será de até xx (xxxx) meses, a contar de sua assinatura e posterior publicação.
- 6.2. Havendo interesse da Municipalidade, o contrato decorrente desta Licitação poderá ter o seu prazo prorrogado, por meio de aditivo contratual, sempre se observando o prazo estabelecido no art. 57 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e a existência de saldo contratual.
- 6.3. As alterações contratuais atenderão ao interesse público, respeitados os direitos da contratada, obedecidas as normas gerais previstas no art. 58 da Lei Federal 8.666/93, incorporando as alterações posteriores.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR**
- 7.1. O valor do presente contrato será de **R\$ ..... (xxx)**, conforme definido na proposta apresentada (De acordo com o somatório dos lotes).
- 7.2. Nos preços já estão inclusos todos os custos necessários à execução do serviço/fornecimento do presente contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, transporte, garantia dos materiais/acessórios e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.
- 8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**
- 8.1. A contratante pagará a contratada de acordo com a quantidade efetivamente executada e entregue, em até 30 (trinta) dias após a apresentação das Notas Fiscais correspondentes e depois de atestada pela contratante a efetiva satisfação do objeto contratual.
- 8.2. Os valores deverão ser pagos a CONTRATADA através de crédito na Conta **Corrente....., da Agência .....**  
**Banco....., cidade de.....**
- 8.3. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei Federal nº 4.320/64.
- 8.4. Os pagamentos poderão ser suspensos pelo Município nos seguintes casos:
- 8.4.1. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar a contratante;
- 8.4.2. Inadimplência de obrigações da contratada para com o Município, por conta do estabelecido no contrato.
- 8.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver qualquer pendência de liquidação ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção.
- 8.6. A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente ao pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.
- 8.7. Fica assegurado a contratada, na forma do art. 65, II, alínea “d” da Lei 8666/93 e alterações posteriores, estabelecer o equilíbrio financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado.
- 8.8. Obriga-se a contratada, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, manter-se durante a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

- 8.9. Para efeito de pagamento serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.
- 8.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$I = (6 / 100) \times 365 \times N$  = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

## 9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Este contrato poderá ser alterado mediante assentimento das partes através de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ou em decorrência de fatores supervenientes que possam torná-lo inexecutável, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei 8.666/93, art. 65, inciso I e II.

9.2. A contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

9.3. Eventual reequilíbrio econômico-financeiro, para restabelecer relação que as partes pactuaram inicialmente sobre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, poderá ser solicitado pela contratada, observando o previsto no art. 65, inciso II, d e §5º, da Lei nº 8.666/93:

9.3.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

9.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento:

9.4.1. Reajuste de preços em sentido estrito: decorre da aplicação de índices inflacionários pré-estabelecidos, como o IPCA, INPC, e o IGP;

9.4.2. Repactuação: decorre da análise da variação dos custos da planilha de preços, aplicável em contratos contínuos com fornecimento de mão-de-obra. É o que ocorre quando há uma “convenção coletiva de trabalho” que atualiza o valor do “piso” de uma categoria profissional (exemplo: contratação de vigilância).

9.5. São admitidas prorrogações desde que, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, caso ocorra algum dos motivos previstos no art. 57, §1º da lei 8.666/93.

9.6. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal da contratada.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

10.1.1. Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da

Contribuição para o PIS/Pasep, na forma da Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

10.1.2. Da Contribuição Previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

10.1.3. Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

10.2. A CONTRATADA, deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação.

10.3. A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente ao fornecimento executado, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

10.4. A CONTRATADA amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR ou de uma ou mais contribuições de que trata a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este contrato correrão por conta das dotações orçamentárias e elementos de despesa abaixo discriminados:

UNIDADE: xx.xx.xx - XXXXXX.

ATIVIDADE: xx.xxx.xxx.xxx - XXXXXXXXXXX.

ELEMENTO: x.x.x.x.xx.xx - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

FONTE: xx.

11.2. As despesas nos anos subsequentes, em caso de prorrogação, estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada a **Secretaria Municipal de xxx**.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto deste Contrato será dado como recebido de acordo com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, neste caso, no que couber, mediante termos de aceite.

12.2. Seguir estritamente as especificações técnicas dos itens, os quais deverão estar em conformidade com o que fora solicitado, dentro do prazo de validade dos insumos/materiais e com o registro no Ministério da Saúde dos itens ofertados, informando se isento, para aqueles que assim couber.

12.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até (xx) dias (conforme termo de referência), pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, em condições de atendimento do setor, a contar da notificação da Registrada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



12.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Registrada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.8. As entregas deverão acontecer em dias úteis, em horário pré-determinado, respeitando a presença do funcionário responsável pela conferência.

12.9. As devoluções feitas, nos casos de não adequação ou entrega parcial dos produtos às características de qualidade e quantidade previstas no Edital, deverão ser repostas em até 48 (quarenta e oito) horas do horário da ocorrência. Sob pena de notificação e rescisão contratual.

12.10. A entrega e o descarregamento dos produtos são de responsabilidade da licitante vencedora.

12.11. Os bens serão entregues conforme ainda, como discriminado abaixo:

12.11.1. A forma de entrega prestigia o planejamento da Secretaria Solicitante, evitando acúmulo no almoxarifado, desgaste do objeto devido a fatores naturais como poeira e umidade;

12.11.2. Todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte da Secretaria, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição;

12.11.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem;

12.12. Não serão aceitos produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação.

12.13. No local de entrega, o Fiscal fará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos materiais, devendo verificar sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e a data da entrega.

12.14. A qualidade dos produtos será contestada caso haja irregularidades.

12.15. Todas as informações necessárias para a perfeita execução destas entregas constarão da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, por meio da Secretaria solicitante.

12.16. Caberá, à Prefeitura Municipal de Macaúbas, a cada entrega, certificar-se que a nota fiscal do produto entregue esteja atestada, datada, na forma e condições estabelecidas em Edital, sob pena de responsabilidade funcional.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, pelo servidor da Prefeitura Municipal de Macaúbas, o Sr.º **XXXX**, especificamente designado Gestor de Contrato, mediante a **Portaria Municipal nº XX, de XX de XXXX de XXXX**.

13.2. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida pelo servidor da Prefeitura Municipal de Macaúbas, o Sr.º **XXX**, especificadamente designado Fiscal de Contrato, mediante a **Portaria Municipal nº XX, de XX de XX de XXXX**.

13.3. Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

13.4. As decisões e providências que ultrapassarem as competências dos Fiscais deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil, para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

13.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, **sem ônus para a Prefeitura Municipal de Macaúbas**, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

13.6. O fiscal técnico apresentará ao preposto da **CONTRATADA** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a *avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada*.

13.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação e realização do objeto contratado.

13.8. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a execução do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, *resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador*.

**13.9.** A empresa **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, sendo a Prefeitura Municipal de Macaúbas, reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

**13.10.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.

**13.11.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

**13.12.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.13.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**13.14.** O representante da **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.15.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**14.1.** Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução.

**14.2.** Encaminhar formalmente as demandas de fornecimentos, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

**14.3.** Receber o objeto do contrato, prestado pela **CONTRATADA** que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

**14.4.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**14.5.** Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas.

**14.6.** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

**14.7.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

**14.8.** Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a realização do objeto do Contrato.

**14.9.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**.

**14.10.** Disponibilizar para a equipe técnica da **CONTRATADA** os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato.

**14.11.** Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, solicitando a **CONTRATADA** a pronta regularização.

- 14.12. Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução do objeto do Contrato.
- 14.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.
- 14.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Registrada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Registrada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à **CONTRATANTE**, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 15.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 15.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 15.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel entrega dos bens, objeto do Contrato.
- 15.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela **CONTRATANTE**.
- 15.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela **CONTRATANTE**, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 15.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à **CONTRATANTE**.
- 15.9. Promover a execução do objeto do Contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 15.10. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, julgados necessários à boa gestão do contrato.
- 15.11. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 15.12. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da **CONTRATADA**.
- 15.13. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução do objeto do Contrato.
- 15.14. Apresentar a **CONTRATANTE**, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução do objeto do Contrato.
- 15.15. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da **CONTRATANTE**, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados.
- 15.16. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.
- 15.17. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da **CONTRATANTE**, inclusive por danos causados a terceiros.
- 15.18. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor.
- 15.19. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da **CONTRATANTE**.

15.20. Abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

16.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

16.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16.3. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Macaúbas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

16.3.1. Apresentar documentação falsa;

16.3.2. Fraudar a execução do contrato;

16.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

16.3.4. Cometer fraude fiscal; ou

16.3.5. Fizer declaração falsa.

16.4. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução** do contrato ou de **inexecução parcial** ou de **inexecução total** do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:

16.4.1. **Advertência**;

16.4.2. **Suspensão** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Macaúbas, por prazo não superior a dois anos;

16.4.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

16.4.4. **Impedimento de licitar** e contratar com o Município de Macaúbas, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos;

16.4.5. Configurar-se-á a **inexecução total**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

16.4.6. No caso de **inexecução total** do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

16.4.7. Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a entrega do objeto definido no contrato;

16.4.8. No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento);

16.4.9. Configurar-se-á a **inexecução parcial** do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos 20 (vinte) dias do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver fornecimento do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade;

16.4.10. No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa

de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

**16.4.11.** O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica;

**16.4.12.** A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 10.11 a seguir:

**16.4.12.1.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA % do valor total do Contrato
1	1%
2	2%
3	3%

**Tabela 2**

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços/fornecimentos.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço/fornecimento ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior	2	Por ocorrência
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço/fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	3	Por ocorrência
6	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	3	Por ocorrência
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
9	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na Cláusula Décima – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
14	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência

15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
----	--	---	---------------------------

**16.4.12.2.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

**16.4.12.3.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

**16.4.12.4.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

**16.5.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

**17.1.** O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e no contrato.

**17.2.** O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa, mediante notificação, através de ofício diretamente ou via postal com prova de recebimento, através de parecer fundamentado, assegurado, todavia os direitos adquiridos pela CONTRATADA.

**17.2.1.** O inadimplemento de quaisquer das cláusulas e disposições deste instrumento, implicará na sua rescisão ou na sustação do pagamento relativo às entregas já efetuados, a critério da CONTRATANTE, independentemente de qualquer procedimento judicial;

**17.2.2.** A CONTRATANTE poderá valer-se das disposições constantes no Termo de Referência para rescindir o Contrato, se a CONTRATADA contrair obrigações para com terceiros que possa de alguma forma, prejudicar a execução do objeto ora contratado, bem como se:

**17.2.2.1.** Retardar injustificadamente o início da entrega dos materiais, por mais de 07 (sete) dias úteis;

**17.2.2.2.** Interromper a entrega dos materiais, sem justo motivo;

**17.2.2.3.** Ocasionar atraso ou embaraço na entrega do objeto do presente instrumento.

**17.3.** Desatendimento das determinações regulares do preposto da CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a sua prestação, assim como as de seus superiores.

**17.4.** Cometimento reiterado de faltas na sua prestação, anotadas em registro próprio, desde que atingido o limite estabelecido no contrato para a soma dos valores das multas aplicadas.

**17.5.** Decretação da falência da sociedade, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo da CONTRATANTE, prejudique a prestação do serviço.

**17.6.** A rescisão acarretará como consequência imediata a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

**18.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto, no total ou em parte.

**18.2.** As atividades de rotina não poderão ser realizadas através de subcontratação, vedada como regra geral para todo o contrato. Casos excepcionalíssimos devidamente justificados e comprovados poderão ser analisados pela Contratante e, somente diante de caso fortuito, força maior, ou de limitações temporárias, se verificará análise de possibilidade de anuência expressa de subcontratação de parcelas do contrato, desde que mantidas as mesmas condições e preços inicialmente pactuados, não eximindo a integral responsabilidade da Contratada.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**19.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam

mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Município, nos termos do § Único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

## 21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Macaúbas, BA para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 8.666/1993, e alterações, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

23.2. Dúvidas acerca das disposições contidas neste Contrato poderão ser esclarecidas no Setor de Licitação, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Macaúbas, Rua Dr.º Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, além do intermédio pelo correio eletrônico, e-mail: [licitacao@macaubas.ba.gov.br](mailto:licitacao@macaubas.ba.gov.br) ou pelo telefone (77) 9 8105-8098, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12h00.

E, por estarem justas e combinadas, as partes firmam, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o presente Contrato.

Macaúbas - Bahia, xx de xxxxx de 2023.

### NOME DO ORDENADOR DE DESPESA

Secretária Municipal de xxxxx  
Decreto Municipal nº xx/xxxx  
Contratante

### NOME DA EMPRESA

Contratada

ANEXO VI  
MODELO DE PROCURAÇÃO

Papel Timbrado da empresa

**PROCURAÇÃO**

Pregão nº **XXX/2022**

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito a empresa (Nome da Empresa.....), com sede à Rua.....(endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ....., representada, neste ato por seu sócio gerente, Sr....., brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr....., brasileiro, (estado civil), ....(profissão...), portador da cédula de identidade nº ..... e do CPF nº ....., a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela outorga